

ULYSSES

Ano I – Número 3 – Junho/Agosto – 2008

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES **FUG**
NACIONAL

Qual o caminho para os partidos políticos?

- ⚡ A falta de conexão entre eleitores e partidos
- ⚡ O impacto das novas tecnologias nas eleições
- ⚡ Alternativas para o resgate da militância
- ⚡ O dilema do voto no cenário mundial

Curso prepara candidatos para as disputas municipais



E
T
N
E
D
I
E
P
E
X
E

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Presidente: Michel Temer.

Membros: Eliseu Padilha, Ronan Tito, Evandro Mesquita, Elcione Barbalho, Carlos Eduardo Fioravanti Costa, Edson Ezequiel, Dorany Sampaio, Afrísio Vieira Lima Filho, Moisés Avelino e Regina Perondi.

Suplentes: Rose de Freitas, Mendes Ribeiro Filho, Waldemir Moka e Henrique Pires.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES

Diretor -Presidente: Eliseu Padilha.

Diretor Vice-Presidente: Edinho Bez.

Diretor-Secretário: Afrísio Vieira Lima Filho.

Diretor-Tesoureiro: Asdrubal Bentes.

Secretário-Executivo: João Henrique de Almeida Sousa.

Diretores: Gastão Vieira, Marinha Raupp, Moisés Avelino, Romero Jucá, Waldemir Moka.

Suplentes: Edson Ezequiel, Fernando Diniz, Mauro Benevides.

Secretário-Executivo Adjunto: Francisco de Assis Mesquita.

CONSELHO EDITORIAL

Eliseu Padilha, Michel Temer, Gastão Vieira, João Henrique de Almeida Sousa, Itamar de Oliveira, Waldemir Moka e Carlos Eduardo Fioravanti da Costa.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Márcio de Freitas (reg. prof. 5342-MG) e Thatiana Souza (reg. prof. 3487-DF).

revista *Ulysses* é uma publicação trimestral da Fundação Ulysses Guimarães.

A *Ulysses* não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados.

Câmara dos Deputados, Anexo I, 26º andar, Brasília/DF, Cep: 70160-900

Telefone: (61) 3216-9758 / 9759 – Fax: (61) 3325-5510 – e-mail: fug@fugpmdb.org.br

Produção: ObritoNews – email: obritonews@uol.com.br.

Impressão: Gráfica Editora Pallotti, e-mail: pallotti@pallotti.com.br

Tiragem: 50 mil exemplares. Distribuição dirigida.

Índice

EDITORIAL, 2

OPINIÃO, 3

Michel Temer, Presidente do PMDB

IDÉIAS, 4

Eliseu Padilha, Presidente da FUG Nacional



CAPA, 6

Uma conversa com Fernando Rodrigues sobre a desconexão entre eleitores e partidos.

ARTIGO, 12

Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal

PENSATA, 14

Dilan Camargo, Presidente da FUG/RS



ENTREVISTA, 16

Lúcio Renó,

A desconexão entre eleitores e partidos.

EM MOVIMENTO, 22

ESPAÇO ABERTO, 26

Teté Bezerra, Presidente da FUG/MT

VISÃO GLOBAL, 28

Graziela Camargo, Cientista Política



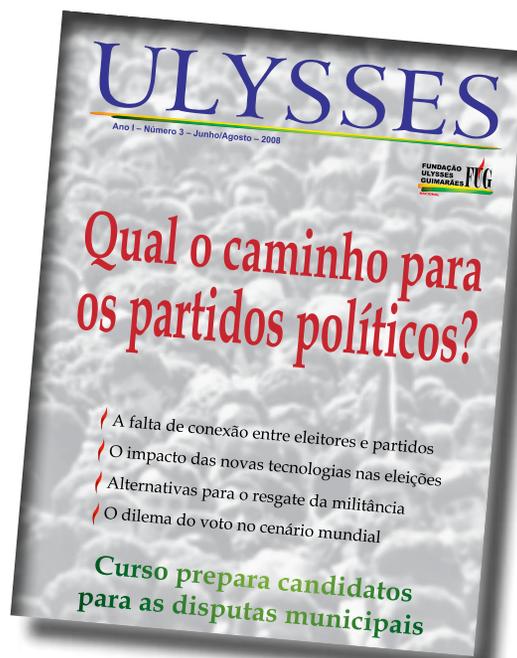
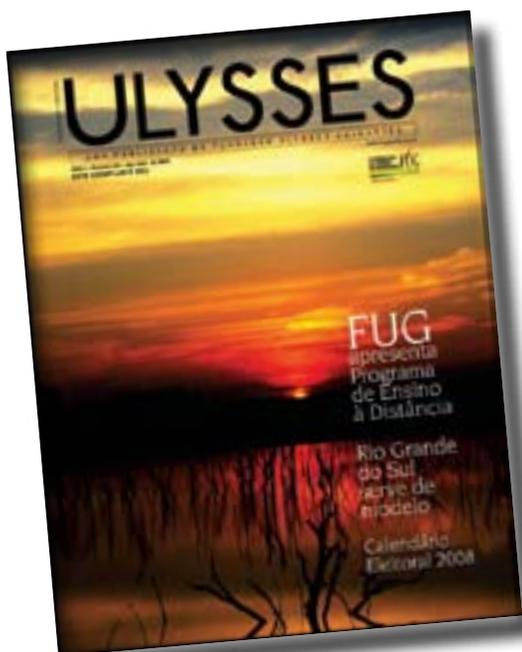
HISTÓRIA, 30

NOTÍCIAS DO PMDB, 31

PELO BRASIL, 32

São Paulo, lazer e negócios

CALENDÁRIO ELEITORAL, 36



Caro Leitor,

Esta edição marca uma nova proposta da *Revista Ulysses*. Optamos por convertê-la no principal espaço para o debate político em nossa Fundação. Em suas páginas, pretendemos trazer opiniões de cientistas, de autoridades peemedebistas, da sociedade civil e de companheiros que se disponham a contribuir com nossa Fundação e com nosso Partido.

A formulação política é da essência da atividade político-partidária. Sem formulação, política e partido perdem sintonia com as aspirações e a franquia populares. Queremos e vamos buscar a re colocação de nossa legenda e de seus quadros no centro da atividade política nacional. E o mais importante: como atores centrais, não periféricos ou coadjuvantes.

Há no ar o sentimento de que políticos e partidos terão que se readequar à nova realidade. Novos atores que não pertencem às tradicionais formas de representação política estão ocupando grande parte do espaço que era reserva exclusiva dos políticos de carreira. O papel e a função do político profissional precisa ser redefinida em face da crescente participação direta da população no processo de exposição e de solução de suas demandas ante o poder público.

Novos tempos exigem novos caminhos. Novas realidades cobram nova consciência.

Este é um desafio que tem que ser enfrentado por todo o partido: construirmos juntos este novo caminho, com a consciência dos grandes desafios a serem enfrentados. Já convidamos e estamos reiterando o convite para que todos os companheiros peemedebistas, de todas as unidades da Federação, contribuam, enviem seu endereço e a preferência temática. Precisamos contar com a sua participação neste projeto.

Para cumprir o objetivo de transformar esta *Revista* em fórum de debate político, é fundamental que tenhamos a colaboração de companheiros do PMDB. A revisão de nosso programa partidário há que pressupor um amplo e participativo debate entre os companheiros. Só assim poderemos atualizar nossos compromissos ideológicos para refazer nosso pacto com a sociedade. Parte considerável desta discussão, nos tencionamos produzir aqui, no nobre espaço desta *Revista*.

Pretendemos propiciar a todos os peemedebistas, em cada unidade da Federação Brasileira, a oportunidade para que contribuam nesta retomada do nosso debate político-ideológico, buscando responder aos desafios da globalização da comunicação e da economia, da democracia participativa que avança celeremente e da civilização do conhecimento. Mais ainda: com olhos voltados para todo o século XXI.

Todas as contribuições, inclusive aquelas que chegarem sob a forma de críticas construtivas, serão bem-vindas.

A política mirando o futuro

Michel Temer

Presidente Nacional do PMDB

A época dos grandes Descobrimentos, o português Vasco da Gama navegava em direção à Índia por rotas até então desconhecidas. O desconhecimento do caminho e as tormentas deixaram a frota portuguesa à beira de motim. Vasco da Gama reuniu os pilotos da esquadra em sua caravela, amealhou mapas e instrumentos de navegação e atirou tudo ao mar. “O rumo é este, o piloto é Deus!”, disse ele, apontando para um oriente envolto em nuvens. O navegador chegou a seu destino e contribuiu para a glória de Portugal.

A junção de intuição e fé contribuiu para avanços do homem no passado. Relato o episódio de Vasco da Gama para notar que Portugal foi a primeira nação a abrir os caminhos ao que hoje chamamos de mundo globalizado. Naquele período, havia conhecimento e ciência associados à fé e à intuição dos comandantes portugueses, que mudaram a face do mundo.

Navegamos hoje pelo universo digital, tecnológico e modernizante que antes não existia para políticos e sociedade. Agregamos novas tecnologias de comunicação ao cotidiano globalizado. Computadores portáteis e telefones celulares tornaram-se parte de nossos objetos pessoais e nos conectam com todo o mundo a todo instante.

O impacto dessas transformações tecnológicas e da produção acentuada de riquezas nos últimos anos mudou de forma drástica a realidade mundial e transformou as relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Mudanças ainda estão em curso, envoltas em palavras como internet, web, softwares, bites, upload, memória digital, globalização, conectividade, interatividade, hipertexto...



OBRITONNEWS

A História humana é um processo de constante evolução, portanto, devemos estar sempre atentos a esses novos caminhos que são oferecidos à sociedade. Agentes políticos devem se abrir para esse novo mundo de conhecimento e tecnologia diferenciados. Fechar-se significa correr o risco de ser engolfado pelo novo mundo em construção. “Há épocas em que a realidade humana, sempre móvel, se acelera, se embala em velocidades vertiginosas”, disse José Ortega y Gasset, referindo-se aos anos rápidos de 1920. A frase é luva a encaixar-se em definição para este célere início de século XXI.

“O projeto de nação que se busca hoje construir tem de atender aos pré-requisitos de nossa democracia.”

A necessidade de estratégias para acompanhar as novas ondas mundiais é fundamental. O PMDB hoje tem em seu interior esse debate aberto. A nossa democracia partidária abre espaço para a formulação conjunta da sociedade que construiremos. Temos riquezas naturais e povo de predicados vários, temos conhecimento e fé inabalável no futuro.

Os desafios colocados neste mundo complexo exigem estratégias também integradoras, abrangentes, ousadas e inclusivas. O projeto de nação que se busca hoje construir tem de atender aos pré-requisitos de nossa democracia, mas devem mirar na estruturação de um sistema que permita ao país e à sociedade o aprimoramento institucional que advirá inexorável do impacto das transformações de nosso tempo.

É esse o debate que a Fundação Ulysses Guimarães deverá levar a todos militantes do PMDB para erigirmos um projeto real de poder, baseado num grande programa para o desenvolvimento do Brasil.

A maior participação popular e a necessidade de criarmos as condições para o desenvolvimento integrado são essencialidades do trabalho político atual. Temos infinitas vantagens em relação ao passado. Hoje, telescópios sondam o universo, satélites monitoram veículos em estradas remotas.

Difícilmente nos perderemos, como temiam os marinheiros de Vasco da Gama. Ainda assim, fazer o futuro exige intuição, coragem e fé. O PMDB sabe o rumo. Devemos nos preparar para que cada um de nós esteja pronto para pegar o leme e seguir em frente na construção de um grande País.

A legitimidade política em crise

Eliseu Padilha

Presidente Nacional da FUG

Em todo o mundo, estudiosos estão debruçados, refletindo, para identificar com precisão as causas da atual degeneração da representatividade política, bem como quais as medidas que deverão ser adotadas para revigorá-la.

No Brasil a representatividade política está largamente comprometida. Todas as pesquisas de opinião retratam a desilusão da maioria esmagadora da população em relação aos políticos, à política e às instituições políticas. Isto é grave e preocupante. Sem partidos políticos e sem instituições políticas fortes e respeitadas não há garantia de eficácia da república e da democracia.

No caso brasileiro a situação é particularmente mais crítica, porque diante das constantes mudanças nas regras do jogo partidário, nossos partidos não conseguem se institucionalizar. Isto é, nossos partidos não chegam a criar uma identidade própria com base em sua ideologia. Convivemos com instituições partidárias que mudam suas posições sobre um tema de fundo ideológico com a mesma frequência com que os ventos mudam de quadrante.

Esta falta de coerência e de firmeza programática desorienta o cidadão que busca, no partido e no político, uma referência para a solução das questões que lhe afligem no dia a dia.

Outra variável determinante da descrença do cidadão comum na política, no nosso caso, é a generalizada



falta de conhecimento quanto ao que realmente é a política e qual deve ser o efetivo papel dos vários atores da cena política, a começar pelo papel da cidadania, eis que ela é a origem e o destino do processo político. A participação do cidadão, muitas vezes, não é orientada pela defesa dos reais interesses da coletividade, tanto por parte dos representados, como de parte dos representantes. Usam a política para a defesa de interesses privados, com o proporcional prejuízo do interesse público. Por falta de conhecimento político resta prejudicada a cidadania, a política, os políticos e as instituições políticas. É o que se comprova com as constantes denúncias de corrupção. Em decorrência desta deformidade, a população qualifica como política, a anti-política, cai no ceticismo e desperdiça a oportunidade de contar com os reais agentes políticos, aqueles

que poderiam promover os esperados avanços políticos e sociais.

Uma reflexão mais profunda nos remete a uma razão mais ampla e de efeitos globais, no que diz respeito a deslegitimação da política, que é o distensionamento da polarização política. Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS –, com a queda do Muro de Berlim e a hibernação do socialismo, assistimos ao avanço e ao domínio do liberalismo econômico – do capitalismo selvagem –, por sobre os chamados direitos sociais, de forma antes inimaginada. A economia foi globalizada e um novo ente, verdadeiro semi-deus, – ou semi-diabo –, denominado mercado, passou a demonizar a tudo e a todos em nome e na defesa da preservação e da maximização do lucro. Baniu e apagou qualquer compromisso com a justiça social. Legiões de desempregados passaram a vagar de país para país e de continente para continente. Os trabalhadores do mundo e do mercado globalizado passaram a enfrentar a exclusão e o desemprego, em razão das novas regras. Competitividade e produtividade passaram a ser as palavras de ordem para a garantia do exercício do natural direito ao trabalho. A competitividade exacerbada produz, naturalmente, o individualismo e a exclusão. As nações em desenvolvimento, como era de esperar, foram as maiores vítimas deste novo agente de exclusão: o mercado globalizado.

O liberalismo econômico, soberano no mercado globalizado, convertendo-se em denominador comum da ideologia dos partidos, tem ocasionado tamanha concentração de riqueza para seus beneficiários e, por outro lado, tanta exclusão para seus preteridos, que é natural que surjam, por todo lado, reações isoladas ou encadeadas para recolocar o ser humano no centro das ações e do regramento do convívio social.

No alvorecer do século XXI os olhos do mundo passaram a reprovar os nefastos efeitos originados pelo pacífico reinado do liberalismo econômico, do mercado globalizado: maior concentração da renda e o conseqüente aumento da pobreza, isto, inclusive em países de Primeiro Mundo; a competitividade e a produtividade aumentaram a rotatividade e reduziram os direitos sociais dos trabalhadores; a redução desmedida do Estado ignorou que ele é necessário, em dada medida, para assegurar níveis mínimos de cidadania à respectiva população.

O sistema de freios e contra-pesos, que tem caracterizado os sistemas políticos nos tempos modernos, deveria gerar, como está gerando neste momento, um movimento de revisão conceitual e de mudança de comportamento político ante as novas realidades do convívio social, a exemplo do que tem ciclicamente acontecido, de trinta em trinta anos.

A crise econômica gerada pelo “*crash*” do sistema financeiro norte-americano, em decorrência da inadimplência dos adquirentes da casa própria, cujos efeitos se fizeram sentir em todo o mundo, obrigou o Banco Central de tal país a socorrer alguns bancos, para evitar a falência deles. O fato de o Estado ter que socorrer

os bancos, no país símbolo do liberalismo econômico, é o testemunho mais eloqüente de que dito modelo se encaminha para o fim. Na medida em que há a necessidade da intervenção e do apoio por parte do Estado, é mais do que conseqüente que este mesmo Estado, revigorado, volte a dar atenção, também, àqueles que, de costumeiro, mais necessitam dos seus cuidados.

Portanto, ao que tudo indica, os partidos políticos serão chamados a, novamente, serem os formuladores das mudanças. Ante a piora das condições

“O político já não tem mais a exclusividade de interpretação das aspirações da população.”

de vida, derivada do reinado do liberalismo econômico, é de se esperar uma revalorização do humanismo e dos trabalhadores. Tais conquistas serão feitas pelos políticos, pela política e pelas instituições políticas.

Os tempos mudaram. A globalização da comunicação e dos mercados determinou uma nova postura e uma nova prática política. Vivemos a civilização do conhecimento, conjuntamente com a democratização da informação. O controle social sobre os entes governamentais, exercido através de sistemas de democracia

participativa, introduziu novos atores na cena política e na intermediação entre o Poder Público e as demandas da população.

O político, como um dos intérpretes das aspirações da população – eis que já não tem mais a exclusividade –, para recuperar a confiança do cidadão, terá que reunir predicados de conhecimento e de postura política em moldes a que este se sinta representado e atendido pelas posições e atos do representante.

A legitimação da representação política pressupõe que o representante consiga ecoar as aspirações do representado junto ao núcleo do Poder Estatal. O interesse coletivo há que ser o norteador das ações e das posições do político. O representante só preservará esta condição se e enquanto suas ações estiverem dirigidas ao interesse público e ele se situar em patamar de superioridade, ou no mínimo de igualdade, com os outros atores da cena política.

A atividade política, hoje, não é mais reserva de mercado para o político profissional.

A legitimação da política, dos políticos e das instituições políticas em nosso país continuará longe enquanto os políticos não se convencerem de que as circunstâncias do processo político mudaram.

A vida em sociedade mudou. A globalização e a democratização das informações estão consumadas. As relações políticas não são mais exclusividade dos políticos profissionais. A legitimação da política, dos políticos e das instituições políticas só ocorrerá em favor daqueles que forem reconhecidos como intérpretes das novas aspirações da cidadania e, também, capazes de as materializá-las.

Está em curso uma desconexão entre os eleitores e os partidos

Márcio de Freitas

Repórter

Há um novo fenômeno na política mundial: a internet. Os recursos interativos dessa nova tecnologia já revolucionam as eleições prévias dos partidos nos Estados Unidos. O senador democrata Barak Obama usa a web para divulgar propaganda e permite a pequenos doadores aportar recursos financeiros em sua campanha. Os baixos valores transitaram aos milhares pela rede mundial; viraram milhões. Obama quebrou a estratégia conservadora de arrecadação da senadora Hillary Clinton, sua oponente no partido Democrata. Com mais recursos e divulgação espontânea, o senador tornou-se o favorito dos democratas.

Esta história lembra o impacto da TV ainda em 1960, quando o senador John Kennedy e vice-presidente Richard Nixon concorreram pela Casa Branca, quando ocorreu o primeiro debate entre presidentiáveis com transmissão pela TV para 70 milhões de pessoas. Nixon passara duas semanas internado, após acidente. Pálido e magro, não aceitou ser maquiado. Os telespectadores fixaram dele imagem de político frágil e doente. Kennedy vinha de campanha pela ensolarada Califórnia. Era jovem, carismático, bronzeado e sorridente. Ao final da eleição, o senador venceu por uma diferença de 0,2%. Especialistas apontaram o culpado: a TV. A partir de então o aparelho se tornou o sonho dos homens do marketing eleitoral.

A internet agora torna o jogo participativo e muda tudo novamente. No Brasil, os partidos políticos ainda funcionam com estruturas ultrapassadas e estanques, cada vez mais distantes da sociedade – o que permite aos cientistas sociais falar em crise de legitimidade dos partidos.



ARQUIVO PESSOAL

O jornalista Fernando Rodrigues pesquisa em Harvard mudanças na política

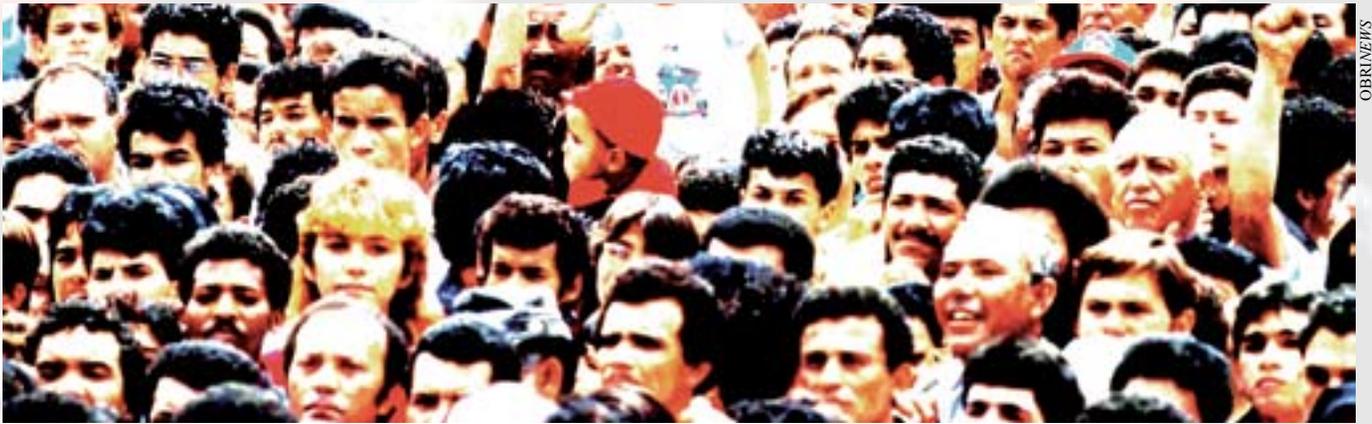
Sobre essas transformações e a realidade atual, a Ulysses conversou por e-mail com o jornalista Fernando Rodrigues, um dos profissionais mais respeitados do País. Colunista da Folha de São Paulo, foi correspondente em Nova Iorque, Washington e Tóquio. Venceu o

Prêmio Esso de Jornalismo por quatro vezes. Isento no trato da notícia e sem vinculação partidária, ele está atualmente pesquisando em Harvard (EUA), como bolsista da Fundação Nilman. Rodrigues pesquisa A Política e Novas Mídias. No curso “Election Reform”, analisou a renovação da política nos EUA por meio da internet e do financiamento de campanha por parte de pequenos doadores (gente que doa até US\$ 200). Ele fala aos leitores da Ulysses sobre as possibilidades da internet funcionar como porta de reentrada da sociedade no mundo político e do futuro impacto que, em breve, ela terá sobre os partidos e instituições brasileiras.

A conversa incluiu também a crise dos partidos e a falta de conexão da sociedade com seus representantes políticos. Foi esse o ponto de partida do diálogo com o Rodrigues.

HÁ UMA CRISE, EM ESCALA MUNDIAL, DE LEGITIMIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS? OU ESSA CRISE É APENAS BRASILEIRA?

Fernando Rodrigues – Há uma crise generalizada nos principais países democráticos.



Mas é necessário cautela ao interpretar a origem da crise e qual pode ser o seu desfecho. Os partidos políticos passam por um momento de desgaste na forma como se relacionam com os eleitores. Está em curso uma desconexão entre eleitores e partidos. Há uma sensação forte em vários países sobre a incapacidade de os partidos traduzirem os reais interesses dos cidadãos. Esse é o diagnóstico.

Mas a crise não é derivada apenas da quase inquebrantável e crescente antipatia que os eleitores nutrem pelos partidos. Também seria prudente dizer que a conjuntura atual culminará num cenário extremo de extinção do atual modelo de democracia representativa, no qual os partidos desempenham papel fundamental.

Creio ser precipitado acreditar que os partidos estejam condenados à extinção. Ninguém até hoje conseguiu formular um mecanismo mais eficiente de governo do que a democracia representativa. Nesse contexto, os partidos são necessários. Podem estar desatualizados, desgastados e com péssima imagem, mas seria um exagero achar que vão acabar.

A fadiga de material das agremiações partidárias é causada pela obsolescência das suas instâncias decisórias. Distanciaram-se daqueles a quem deveriam representar. Os acordos de gabinete e a desimportância das convenções partidárias são fatores relevantes para afastar o eleitor comum da vida partidária.

Neste início de século 21 está se consolidando uma mudança nos padrões de

atuação política da sociedade. Os partidos no Brasil ainda não acordaram para o surgimento de novos instrumentos de conexão social. As legendas terão cada vez mais de procurar formas de integração com outros atores, sobretudo com as organizações não-governamentais. Também será necessário que se dediquem mais a entender e a utilizar a internet como uma nova interface de comunicação com a população.

“Será necessário entender a internet como um nova interface de comunicação com a população.”

Há uma queixa às vezes saudosista entre políticos sobre a falta de grandes manifestações e passeatas, como ocorreu no passado. A culpa, nesse caso, seria (sic) da população por ter abdicado de maneira espontânea de um maior engajamento cívico e/ou político. Essa é uma visão equivocada dos fatos. Grandes atos públicos, com muita gente na rua, ocorrem com mais vigor em sociedades em processo de transição ou com grandes restrições a

certas liberdades individuais. É um processo reativo. Quando há estabilidade, é natural que a sociedade pareça mais calma ou até abúlica.

Nas democracias representativas consolidadas, é raro haver manifestações políticas de massa em praça pública. Quando ocorrem, são por motivações específicas e não uma regra. Em resumo, os eleitores não saem marchando pelas ruas por menos impostos ou por um sistema público de saúde decente se não houver uma grande crise.

Essa análise vale para o Brasil. O país está em uma fase de consolidação da democracia. Os valores e os direitos fundamentais não parecem ameaçados, embora ainda falte muito a ser feito – por exemplo, o Brasil até hoje não tem uma lei de acesso a informações públicas. Mas a economia está estabilizada em níveis quase inéditos do ponto de vista histórico brasileiro. Nesse contexto, os partidos optaram por ficar em segundo ou terceiro plano. Não conseguem vocalizar de maneira efetiva o que desejam os seus eleitores. Para completar, mantêm as mesmas formas atrasadas e centralizadas de decisão, afastando ainda mais os possíveis interessados numa vida partidária ativa.

Nos Estados Unidos, a internet está sendo um fator de reentrada de cidadãos no mundo político. A facilidade de comunicação e interação da rede estão atraindo multidões para o

processo de sucessão presidencial nos EUA neste ano de 2008. Os políticos e os partidos têm se aproveitado disso para se reconectarem com os eleitores.

POR QUE, EM TODAS AS PESQUISAS DE OPINIÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO DEMOCRÁTICO, A CREDIBILIDADE DOS POLÍTICOS ESTÁ SEMPRE ENTRE AS ÚLTIMAS COLOCADAS?

Fernando Rodrigues – Os políticos merecem estar nas últimas colocações. É difícil encontrar na sociedade um grupo tão corporativo como o dos políticos. A população lê essa atitude como algo a ser repellido. Também não há um esforço real de contato dos políticos com suas bases verdadeiras. Os deputados federais e senadores costumam dizer no Brasil que nos fins de semana voltam para seus Estados para ter “contatos com as bases”. Não conheço pesquisa científica a respeito, mas suspeito que a imensa maioria não faça contatos com nenhum tipo de base nos fins de semana.

Como comparação, nos Estados Unidos os candidatos a presidente da República se submetem a maratonas de contatos com pequenos grupos de eleitores para fazer discussões sobre problemas locais. Mais de 20 debates na TV já foram realizados e o processo ainda nem está totalmente formatado, pois a eleição é apenas em novembro.

A HEGEMONIA DA AGENDA ECONÔMICA SOBRE A AGENDA POLÍTICA AFETA O DESEMPENHO DOS PARTIDOS E DOS POLÍTICOS?

Fernando Rodrigues – Não, mas os partidos precisam apenas se preparar mais para responder a esse tipo de agenda. Quantos partidos de fato têm centros de estudos sobre economia ou outros assuntos? Os partidos têm suas fundações, é verdade, mas o



NETNEWS

Impacto da internet na campanha de Obama surpreende Hillary

resultado é muito insatisfatório. Essas fundações, com raras exceções, são depositárias de políticos aposentados em atividade. Ou, na melhor das hipóteses, locais onde políticos sem mandato ficam de quarentena até a próxima eleição.

Os partidos políticos devem se preparar para estudar os temas de interesse nacional. Devem criar mecanismos de “produção de saber” – e não apenas plataformas eleitorais. Nada impede um partido político no Brasil de patrocinar estudos científicos, por exemplo, a respeito do impacto do etanol na indústria de alimentos ou sobre o efeito da burocracia no sistema de registros de novas empresas nos Brasil sobre o capitalismo atrasado reinante no país.

Esse tipo de atitude certamente aproximaria os partidos da sociedade. Mas é necessário fazer dessa abordagem algo regular e perene. Nos primeiros anos em que um partido tentar fazer

incursões nessa área a mídia e a sociedade reagirão com desconfiança. É natural que seja assim. Depois de alguns anos se dedicando a estudar determinados temas a agremiação política conseguirá se estabelecer como referência no assunto. Ou, pelo menos, terá um papel ativo no debate.

OS NOVOS INTERLOCUTORES (ONGS, POR EXEMPLO) SOCIAIS PASSARAM A CANALIZAR OBJETIVAMENTE DEMANDAS SOCIAIS ESPECÍFICAS. OS PARTIDOS FAZEM AÇÕES GENÉRICAS E POSSUEM DISCURSOS UNIVERSALIZANTES. COMO SE REFLETE SOBRE PARTIDOS ESSA ATUAÇÃO DOS NOVOS ATORES E INTERLOCUTORES SOCIAIS?

Fernando Rodrigues – É crucial para os partidos a integração com o terceiro setor. Não falo em aparelhamento ou incorporação, mas verdadeira integração. Se uma ONG faz um programa a favor dos direitos civis em determinada região do país, o partido

“No Brasil ainda há um caminho longo a ser trilhado nessa área do mundo virtual. Apenas 22,5% dos brasileiros estão conectados à internet.”

político que se identificar com essa reivindicação deve externar sua posição. Pode ajudar do ponto de vista logístico. Esse contato mais próximo dará aos partidos a oportunidade de reaprender a se comunicarem com a sociedade.

OS PARTIDOS ESTÃO SE ADAPTANDO ÀS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E SOCIAIS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS (WEB, INTERNET, CELULAR, NOTICIÁRIO ON LINE, BLOGS ETC.)?

Fernando Rodrigues – Não, muito pouco. No Brasil ainda há um caminho longo a ser trilhado nessa área do mundo virtual. É compreensível que seja assim, pois apenas 22,5% dos brasileiros estão conectados à internet (dados de dezembro de 2007). É pouco para chamar a atenção de políticos e de partidos. Mas os que entrarem de maneira correta nesse ambiente terão vantagem comparativa em relação aos demais.

NÚMERO DE DOADORES DE PEQUENAS QUANTIAS EM ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DOS EUA. (QUEM DOA SÓ UMA VEZ UM VALOR DE ATÉ US\$ 200)

Partido	1996	2000	2004	2008 (até 29.fev.08)
Democratas	132.478	186.086	1.277.000	1.395.762
Republicanos	381.554	374.247	787.000	837.908

Fonte: Fernando Rodrigues, no seminário “Election Reform”, em Harvard, 2008.

Nos Estados Unidos, a presença da internet cresce a cada eleição. Esse avanço está relacionado ao número de pessoas conectadas. O ano da virada foi 2000, Em janeiro daquele ano, 44% dos norte-americanos usavam a internet. Em dezembro de 2000, já havia 59% conectados. Hoje, perto de 80% surfam na internet nos EUA.

Há vários indicadores do ponto de vista eleitoral mostrando o avanço da rede mundial. O mais saliente é o fenômeno dos chamados “pequenos doadores” – os que dão quantias menores de US\$ 200 para financiar uma campanha política. A imensa maioria só doa porque o processo é rápido e totalmente online, por meio das páginas dos candidatos presidenciais. Gasta-se menos de dez minutos, usa-se o cartão de crédito e o processo está concluído, totalmente transparente e leal. Abaixo, veja o quadro sobre a eleição presidencial de 2008 nos EUA.

Como se observa, o aumento do número de pequenos doadores foi brutal de 2000 até hoje. Mesmo com a eleição apenas começando, o recorde histórico já foi batido. Como há muita gente doando, as pequenas quantias acabam se transformando numa fortuna. O democrata Barack Obama havia arrecadado US\$ 78 milhões de apoiadores nessa categoria até fevereiro de 2008.

É importante notar que o resultado desse fluxo de indivíduos doando não se restringe ao valor que eles depositam

para os candidatos. Ao dar dinheiro para um político, por menor que seja a quantia, o eleitor passa a ser também um efetivo cabo-eleitoral, pois certamente se sentirá mais comprometido com as idéias defendidas por aquele para quem resolveu enviar dinheiro. Torna-se também um potencial interessado na vida partidária.

Também chama a atenção nos EUA o volume de audiência dos candidatos presidenciais na internet em sites populares como o YouTube, MySpace e Facebook (esses dois últimos são os sites de relacionamento social mais bem sucedidos nos EUA; como o Orkut no Brasil). Veja o quadro na página seguinte.

Ao observar esses dados, ficam as seguintes perguntas para o caso brasileiro:

– quantos políticos já têm endereços pessoais com seus perfis nos sites de relacionamento social mais populares do Brasil?

– quantos políticos brasileiros têm seus canais no YouTube para divulgar seus vídeos?

– quantos partidos se dedicam a pesquisar a melhor linguagem para usarem em seus websites?

No caso da arrecadação de fundos pela internet, creio que esse possa ser o caminho para dezenas, centenas de candidatos que hoje se dizem aliados do processo por não terem verbas para uma campanha. Num Estado como São Paulo, por exemplo, um candidato a deputado federal ou a vereador que conseguir fazer uma campanha eficaz na internet vai conseguir: 1) conectar-se diretamente com o seu eleitorado e 2) montar de maneira totalmente legal e transparente uma nova forma de arrecadação de fundos.

Para tal não basta fazer um site na internet e ficar esperando. É necessário visitar pessoalmente todas as localidades de onde pretende receber votos e divul-

gar suas propostas. É dessa forma que o fenômeno está se dando nos Estados Unidos. O democrata Barack Obama tem exércitos de aliados fazendo o trabalho de campo em perfeita sintonia com o que está dentro do seu website.

QUE IMPACTOS ESSAS TECNOLOGIAS PASSARAM A TER NA CIDADANIA, NO ELEITORADO E NA MÍDIA? NA ELEIÇÃO AMERICANA DESTE ANO PODE-SE VERIFICAR ALGUMA MUDANÇA SIGNIFICATIVA?

Fernando Rodrigues – Como disse na resposta anterior, o que mais chama a atenção é a arrecadação de fundos pela internet. Até o ano 2000, o dinheiro de grandes corporações reinava absoluto nas eleições presidenciais norte-americanas. Em 2004, surgiu o primeiro grande sinal, com o pré-candidato democrata Howard Dean aparecendo do nada e quase conseguindo a indicação por causa de sua campanha online.

Agora, o dinheiro das grandes corporações ainda é predominante, mas o número de pequenos doadores nunca foi tão grande. É possível que ao final da eleição as doações individuais de quantias inferiores a US\$ 200 sejam responsáveis por 40% de todo o dinheiro consumido na campanha. É um fato excepcional que tem duas consequências principais: 1) liberta um pouco (mas não totalmente) os políticos da dependência extremada do dinheiro dos tradicionais grupos financiadores e

2) coloca um novo exército de eleitores conectado aos partidos.

Um exemplo óbvio é o da abrangência do financiamento de campanha no Brasil comparado ao que se passa nos EUA. Em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ter recebido 1.634 doações para sua campanha. No atual ciclo eleitoral nos EUA, o pré-candidato Barak Obama declarou, apenas até 29 de fevereiro deste ano, 780 mil doadores.

Lula (PT) classificou-se em 2006 para o segundo turno com 46,7 milhões de votos. Geraldo Alckmin teve 39,9 milhões. O total foi de 86,6 milhões de votos. Digamos que 10% desses eleitores estivessem conectados à internet em 2006 (certamente, era mais do que isso). Seriam 8,7 milhões. Se cada um doasse R\$ 10 para seu candidato, a campanha receberia uma injeção de R\$ 87 milhões, certamente reduzindo um pouco a influência do grande capital na disputa.

Só para constar: a lei brasileira não impede doações por meio da internet. O requisito principal é para que todas as doações sejam devidamente identificadas. Que outra forma de haver mais identificação do que usando o cartão de crédito num site seguro da internet?

CONSTRUIR UM DISCURSO IDEOLÓGICO FICOU MAIS DIFÍCIL APÓS A QUEDA

“O mundo pós-Berlim ficou mais cheio de nuances, sem as diferenças ideológicas profundas de meados do século 20.”

DO MURO DE BERLIM. QUE CAMINHO HÁ PARA A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE PARTIDÁRIA?

Fernando Rodrigues – O mundo pós-Muro de Berlim ficou mais cheio de nuances, sem as diferenças ideológicas profundas de meados do século 20. Nesse ambiente, os partidos políticos ficam todos muito similares. Quase todos são a favor de melhorias nos sistemas de saúde, de educação ou na Previdência Social. Poucos, entretanto, dominam a arte de formular políticas públicas exequíveis. Menos ainda são os que têm coragem de dizer o mais difícil: o caminho do Brasil até um nível de desenvolvimento da Europa Ocidental ou dos EUA será longo e penoso, requerendo a ajuda e o sacrifício de todos.

O discurso de um partido bem sucedido em países desenvolvidos ocorre quando se dá o convencimento da população com a dose exata de realidade.

AUDIÊNCIA NA INTERNET

Candidate		YouTube (visitas)			Apoiadores no Facebook			Amigos no My Space		
		31.dez.07	2.fev.08	31.mar.08	12.dez.07	2.fev.08	31.mar.08	31.dez.07	2.fev.08	31.mar.08
Obama	D	6.636.373	14.824.805	35.348.392	172.205	341.782	734.882	204.547	250.335	337.461
Clinton	D	3.779.031	5.602.255	10.648.794	56.209	87.154	141.194	152.877	171.907	194.704
McCain	R	1.035.783	1.603.548	2.797.525	15.058	40.309	101.292	40.089	44.661	48.940

Fonte: Fernando Rodrigues em “Small donors in US presidential elections”.



NETNEWS

Kennedy versus Nixon: primeiro debate presidencial da História na TV

No Brasil, nenhuma agremiação teve êxito nessa área.

NO BRASIL, CRIOU-SE NOS ÚLTIMOS ANOS PRATICAMENTE UMA REPRESENTAÇÃO BINÁRIA NO PLANO NACIONAL (PT X PSDB). QUE FUTURO VOCÊ VÊ PARA O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO A PARTIR DESSE ENFRENTAMENTO?

Fernando Rodrigues – Depois da reforma partidária de 1979/1980, houve uma desejável facilidade para a criação de novas legendas. Foi importante esse movimento. O quadro partidário havia sido dilapidado pela ditadura militar, num crime de lesa-democracia – a eliminação pura e simples de todos os partidos pós-1964, criando um bipartidarismo de proveta com Arena e MDB.

Com o fim da ditadura, era necessário ser condescendente com as novas siglas. Por isso tivemos a avalanche de partidos e as propagandas eleitorais “ad nauseam” de legendas inexpressivas na TV – agora já por quase três décadas seguidas. A democracia se consolidou.

Infelizmente, com o sistema presidencialista, o país fica quase ingovernável com muitas legendas representadas dentro do Congresso. Há sempre um risco

de paralisia do Legislativo. Por extensão, o Executivo também fica manietado. Nesse ambiente nascem mulas-sem-cabeça como o instrumento das Medidas Provisórias, que transferem ao Palácio do Planalto o poder de legislar.

A polarização entre PT e PSDB é resultado da decantação do sistema partidário. Há uma força centrípeta empurrando todos para essas duas fontes de poder. Os outros partidos médios e grandes se aglutinam em torno dessas duas tendências/partidos – algo não muito diferente do que se passa nos EUA, exceto que os norte-americanos têm, de fato, apenas dois grandes partidos.

Por causa das regras partidárias brasileiras, é improvável, porém, que o país venha a ter apenas dois grandes partidos num futuro próximo. Há muitas facilidades para siglas médias e nanicas continuarem a existir, para o bem e para o mal – esse é tema para uma outra grande discussão, como a necessidade de haver regras mais rígidas que impeçam os aventureiros de transformar em democratismo o que deveria ser apenas democracia.

Sobre a prevalência de PT e PSDB, parece óbvio se tratar de algo com

caráter momentâneo. Essas duas siglas são hegemônicas por serem as que mais exalam perspectiva de poder futuro por causa das personalidades abrigadas dentro de cada legenda. No caso do PT, por ter o atual presidente da República. Já o PSDB por ser o partido com mais candidatos de oposição eleitoralmente viáveis para a disputa de 2010.

Há ainda espaço para que as outras legendas de tamanho médio ou grande ganhem espaço no cenário nacional, como agremiações partidárias verdadeiras. O PT é o partido que mais demonstrou até agora algum tirocínio para a necessidade de inserção social, pois já adotou eleições diretas entre seus filiados para a escolha de sua direção nacional. Os petistas também permitem que seus filiados escolham de maneira direta alguns de seus candidatos a cargos eletivos mais relevantes. Mas também foram os petistas os protagonistas do mais lamentável escândalo recente na vida partidária, o caso do mensalão.

O fato é que nenhum partido brasileiro ainda teve arrojo o suficiente para promover uma verdadeira eleição primária na hora de escolher um candidato a presidente. Uma eleição primária aberta a todos os eleitores do país e não apenas aos filiados da sigla.

Os partidos que vivem à sombra de PT e de PSDB se enganam quando apenas buscam grandes nomes políticos para empinar candidaturas próprias em 2010. Essa é uma necessidade, claro. Mas restringir a legenda a ser uma plataforma para políticos personalistas é uma estratégia reducionista, fadada ao fracasso. Neste século 21, vencerá o partido com um plano de ação de longo prazo, pensando em como firmar raízes locais em todas as partes do país, sobretudo tirando vantagem das novas tecnologias que vão baratear como nunca a conexão entre representantes e representados.

Aperfeiçoar a democracia

Garibaldi Alves

Presidente do Senado Federal

Assumi a presidência do Senado com renovadas esperanças. Inspirava-me a idéia de imprimir uma agenda positiva ao Congresso Nacional, da integração de propósitos do corpo parlamentar, respeitadas as visões partidárias. Confesso que a tarefa não tem sido fácil. E as dificuldades apontam para a natureza do nosso sistema democrático. Se a democracia representativa vive intensa crise, nos diversos quadrantes da política internacional, resultando no enfraquecimento dos Parlamentos, na dispersão das oposições, na fragmentação dos partidos e no desnível do sistema de pesos e contrapesos em nosso país, ela ganha ênfase por conta do patrimonialismo, fenômeno responsável por sucessivos episódios que exibem a intersecção entre interesses públicos e privados. Por sermos ainda um país de forte cultura patrimonialista, não temos conseguido equilibrar a relação entre os Poderes. Do excessivo mando do Poder Executivo resulta um hiperpresidencialismo que plasma um Parlamentarismo às avessas: o Executivo realiza as ações do arsenal legislativo que ele mesmo impõe. Na atual legislatura, dos 3.365 projetos apresentados por parlamentares, apenas três foram aprovados por completo, tornando-se lei. Mas o Executivo, dos 52 projetos encaminhados desde o início de 2007, aprovou cinco, entre eles duas emendas à Constituição. E, na seara das Medidas Provisórias, o governo editou 68 na atual legislatura, das quais 34 tornaram-se lei.



FOTOS: OBRITON/NEWS

O diagnóstico é óbvio: o Parlamento se apequena dia após dia. Executivo e, às vezes, o Judiciário tomam para si a atividade legislativa. A centralização excessiva de poder no Executivo onipresente impede que o Congresso ajude a manter o equilíbrio federativo e a conter as desigualdades regionais. O que está sob ameaça não é a legitimidade dos representantes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. É a própria democracia, conquistada com tanta luta por milhões de brasileiros. O abuso de MPs – editadas com total desprezo aos princípios constitucionais de urgência e relevância – mina a função legislativa, evita o debate livre e joga o Congresso Nacional na UTI. O abuso de MPs usurpa a função legislativa do Congresso. O Senado já aprovou uma Proposta de Emenda a Constituição

que, entre outros avanços, determina que uma medida provisória só terá força de lei depois dos critérios de urgência e relevância serem admitidos por comissão especial da Câmara ou do Senado. Aguardamos as decisões da Câmara nesse sentido. O Legislativo também se vê diante de um conjunto de decisões emanadas das Altas Cortes da Justiça, algumas exibindo nítido caráter normativo, sob o argumento dos magistrados de que, se assim o fazem, é porque o Parlamento falha no cumprimento da ação legislativa. Os princípios constitucionais da independência, autonomia e harmonia entre os Poderes perdem força.

Não basta ponderar que a avaliação do papel do Congresso nem sempre tem sido justa e que a riqueza normativa de nossa Constituição engessa o trabalho de deputados e senadores. Para evitar o avanço do governo do provisório e resgatar não apenas a credibilidade do Parlamento, mas o mínimo de segurança jurídica, é preciso ter a coragem de por o dedo na ferida e avaliar a profundidade e as causas do estrago político e institucional. Temos muito trabalho pela frente. Começamos a apreciar os vetos presidenciais. Não há justificativa para termos acumulado, ao longo dos últimos anos, centenas de vetos sem apreciação, fugindo de nossa participação em decisões de grande interesse nacional.

Se quisermos resgatar para o Parlamento o respeito e a confiança dos brasileiros, temos de proceder a um profundo saneamento ético da prática política e partidária no Brasil. E nada

“É impossível sanear práticas políticas sem sanear as eleições. A reforma política é, por certo, tema espinhoso demais em ano eleitoral.”

atinge mais de perto a independência do Legislativo e corrói de forma tão intensa a grandeza moral que deve nortear nossa ação quanto o fato de termos de esmolar a liberação de emendas orçamentárias de interesse público para nossos estados e municípios. Interesse que termina confundido com vantagens pessoais, como se todo parlamentar embolsasse, de forma vergonhosa, recursos públicos.

A única maneira de corrigir essa fonte permanente de descrédito é alterar completamente o processo orçamentário. Ter um Orçamento mais impositivo é voltar a assumir o verdadeiro papel do Poder Legislativo, cuja origem foi a necessidade de controlar tributos e gastos públicos. Não há como, entretanto, deixar de cutucar a ferida: pode o Congresso reclamar ser o Orçamento da União uma peça de ficção se a ficção começa pelo fato desse mesmo Congresso fingir que o país tem Orçamento, por não ter sido capaz de elaborá-lo oportunamente? Precisamos dar um basta ao império da inércia.

É impossível sanear práticas políticas sem sanear as eleições. A reforma política é, por certo, tema espinhoso demais em ano eleitoral. Não podemos ficar a reboque do Judiciário, que co-

meça a legislar até em matéria política. Os partidos precisam ganhar substância doutrinária, deixando de ser siglas de baixa referência. Podemos avançar em questões básicas, como a democracia interna dos partidos, que hoje se fazem e se dirigem de cima para baixo, sem o menor respeito por suas bases e que não passam de um amontoado de siglas de conteúdo pasteurizado, sem qualquer identidade. Voto distrital, puro ou misto, financiamento de campanhas políticas, cláusulas de barreira, suplências de candidatos majoritários constituem temas, entre outros, que podem contribuir para o aperfeiçoamento do sistema político.

A reforma tributária não deve ser novo remendo, mas um conjunto de propostas capazes de atender, de forma satisfatória, às reais necessidades dos entes federativos. Não é possível só transferir receitas e encargos maiores

que as receitas, sem que isto se faça de forma a restaurar o equilíbrio perdido entre União, Estados e Municípios. Ou se faz repartição de forma mais justa ou não se faz reforma.

Denúncias e escândalos que, periodicamente, indignam a Nação exigem que o exame da vida pregressa dos candidatos seja objeto de imediata deliberação do Congresso. É bom lembrar que a Constituição já admite a inelegibilidade de quem não possa passar incólume pelo julgamento ético de sua vida e suas ações. São passos de um longo caminho. Um caminho que exige entendimento político, em nome do interesse público e que, independente de eventuais divergências partidárias e doutrinárias, todos, certamente, teremos orgulho de construir. Continuo a ter esperança de que é possível avançar na meta de aperfeiçoamento de nossa democracia.



Garibaldi Alves comanda no Congresso a luta contra o excesso de MPs

A crise das instituições políticas

Dilan Camargo

Presidente da FUG/RS

Não é porque votamos em urnas eletrônicas e sabemos os resultados com impressionante rapidez que as eleições expressam a autêntica vontade popular e que temos umas das democracias mais avançadas e legítimas do mundo. Os índices de descrédito nas instituições políticas e nos políticos, revelados nas pesquisas de opinião, são alarmantes. Mas continuamos surdos “à voz rouca das ruas” como dizia Ulysses Guimarães.

A política, meramente pragmática, sem base nos valores éticos da democracia, é o reino da retórica falsa e irresponsável. É o chão lodoso das práticas fisiológicas, um arbitrário exercício do poder, sem objetivos públicos e sem legitimidade. “Mentem sinceramente”, disse o poeta Afonso Romano de Sant’Anna. O discurso justificador da política pela política é o de que “sempre foi assim”, máxima do naturalismo social e político para jamais virar-se uma página da história. “Nada será como antes, amanhã” precisa ser o novo refrão.

Precisamos libertar-nos, agora, do distanciamento cínico em que estamos anestesiados na vida política brasileira. É necessário quebrar a lógica explicativa da “razão cínica” desvendada por Jurandir Freire Costa. Esta é a razão que “sabe, mas faz que não sabe”, que se manifesta nas atitudes tanto do Presidente da República como nas de outros agentes do poder público. A sociedade brasileira está cansada dessa contradição entre a ética do cidadão comum e a da política.

Este é um fenômeno mundial que no Brasil assume conseqüências preocupantes para a democracia. Segundo estudos na área de comunicação polí-

ARQUIVO PESSOAL



Dilan Camargo é escritor e Mestre em Ciência Política pela UFRGS.

tica, várias causas podem ser apontadas para esse descrédito. Entre tantas está o predomínio da alienação promovida pelos meios de comunicação de massa voltados para um entretenimento primário e vulgarizante, no contexto de uma “sociedade do espetáculo”.

No caso brasileiro, além dessas, que são agravadas por termos uma população com baixa e precária es-

colaridade, as causas estão localizadas nas próprias instituições políticas. O nosso sistema político está estruturado sobre dois simulacros políticos: o voto obrigatório e o presidencialismo.

O voto obrigatório é uma das causas do nosso subdesenvolvimento político. Ele vigora apenas em 30 países, metade deles na América Latina, cenário constante de golpes de estado e de ditaduras. Portanto, não representa nenhuma garantia de estabilidade democrática. Ao contrário, está quase sempre associado ao autoritarismo político e aos vários tipos de populismo. Nas principais democracias representativas do mundo o voto é facultativo.

O voto obrigatório é uma ficção na nossa legislação eleitoral porque de fato é facultativo. Desde 1947 já tivemos 20 projetos de anistia. De 1992 para cá, todos que não votaram foram anistiados. As estatísticas eleitorais demonstram que os índices de abstenção somados aos votos brancos e nulos têm sido superiores a 30%. Em estados como Maranhão, Bahia e Alagoas, são superiores a 50%. Pesquisas comprovam que 80% dos eleitores não lembram em quem votaram para deputado federal nas últimas eleições.

A extinção do voto obrigatório e a adoção do voto facultativo é o requisito refundador da democracia brasileira. Constitui-se no principal elemento de reeducação política do povo brasileiro. É o único caminho para a valorização do voto de qualidade, pois leva o eleitor a votar movido pela sua consciência política. O eleitor votará se for suficientemente convencido de um projeto político, de um conjunto de idéias que correspondam às suas convicções. Os partidos terão que investir na qualificação dos seus candidatos e não simplesmente apresentar candidatos sem nenhuma história política, mas que desfrutavam de algum tipo de “celebridade” no contexto da mídia.

As vantagens do voto facultativo sobre o obrigatório não serão sentidas imediatamente, mas demonstrarão sua superioridade a médio prazo. Somente este pode representar e expressar os interesses de uma sociedade complexa e diversificada e não a massificação alienada de um eleitor sem escolha, que na maioria das vezes, vota apenas para livrar-se de uma obrigação.

A segunda causa, e talvez a mais funesta do sistema político brasileiro, é o nosso tipo de presidencialismo. Este nunca “deu certo” no Brasil e muito menos na América Latina. O presidencialismo tem funcionalidade política nos EUA, pois é uma criação original daquele país. Onde mais? Na Venezuela, na Bolívia, no Paraguai? E no Brasil? Será que nunca vamos aprender com o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio, a deposição de João Goulart, o ciclo dos generais-presidentes, o impedimento de Collor, o fracasso do segundo governo de FHC e da profunda crise de legitimidade ética

do governo Lula? E o que dizer da crise de credibilidade do próprio Congresso Nacional reconhecida por seu presidente?

O presidencialismo promove a pior das culturas políticas: a cultura do salvacionismo e do paternalismo. A cultura da espera de um “salvador da Pátria” ou de um “Pai dos Pobres” que simplesmente dê a todos, tudo de que precisam. Esta cultura é o terreno fértil para o fisiologismo e a corrupção

“Precisamos
libertar-nos, agora,
do distanciamento
cínico em
que estamos
anestesiados
na vida política
brasileira.”

do sistema eleitoral. Ela torna o eleitor um indigno adulator de candidatos e um indigente moral que troca seu voto por mesquinhas. No momento em que vota, o eleitor transfere a sua cidadania política ao candidato, que para se eleger, geralmente faz promessas que não poderá cumprir. O seu título de eleitor fica anulado durante todo o período do mandato de quem ele elegeu.

Eleitoralmente, no presidencialismo, o chefe do Executivo recebe a maioria dos votos numa votação uninominal, que pouco lhe valem. Essa maioria dada ao chefe do Executivo geralmente não lhe garante uma maioria no Legislativo. A necessidade de contar com uma maioria parlamentar evidencia as contradições insanáveis desse sistema de governo.

Um Congresso, no presidencialismo, é tudo, menos um Congresso. Uma vez eleitos, os deputados federais, sem a fidelidade partidária, já no primeiro ano de mandato presidencial trocam de partidos para integrarem a “base de sustentação” do governo. Formam-se então, todos os tipos de bancadas circunstanciais, que negociam seus votos, a cada votação, em troca de favores, ou mais modernamente, de um mensalão. Constituem-se maiorias parlamentares artificiais, oportunistas, fisiológicas, que transformam o chefe do Executivo em refém e representam unicamente interesses privados ou corporativos. Além do mais, e principalmente, os partidos políticos descaracterizam-se completamente. Apesar do pluripartidarismo formal, estabelece-se, na prática do Congresso Nacional, um bipartidarismo, expresso na bancada da base de sustentação ao governo e na bancada de oposição. Essa descaracterização também se reproduz nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores com todas as suas mazelas suficientemente conhecidas.

Somente a adoção do voto facultativo e do Parlamentarismo, no contexto de uma ampla reforma política, proporcionará as bases para uma nova cultura política em nosso País.

Lúcio Renó

“Os partidos não respondem aos interesses da sociedade”

FOTOS: WENDERSON ARAÚJO/OBRITONEWS



Doutor em Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Lúcio Renó, afirma que os partidos já não representam o interesse da sociedade. Colaborador dos cursos da FUG, ele analisa as razões do distanciamento entre políticos e eleitores em entrevista à revista ULYSSES.

NESTE TERCEIRO MILÊNIO A POLÍTICA, OS POLÍTICOS E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NÃO ESTÃO MEREENDO A CONFIANÇA DA POPULAÇÃO. QUAIS AS PRINCIPAIS CAUSAS DESSA DESCRENÇA?

Lúcio Renó – Os cientistas políticos têm estudado essa crise de legitimidade das instituições. Basicamente é a falta de o cidadão se reconhecer nas instituições e vê-las como representantes dos interesses da população. As causas são variadas e não é um fenômeno particular do Brasil. É fenômeno que afeta a América Latina como um todo, e diria que afeta países que já convivem numa institucionalidade democrática há muito mais tempo e são muito mais estáveis, nesse sentido, do que a América Latina. No âmbito geral, pensando também em países já desenvolvidos, e mais institucionalizados, houve o surgimento de novos atores que fazem essa intermediação de

interesse: movimentos sociais voltados pra temas específicos, grupos de atuação no nível local ou de diversos tipos, que se contrapõe às formas mais tradicionais de representação através de partidos. Esse é um fator que está relacionado com surgimentos de novos temas nas agendas públicas que os partidos políticos talvez não estejam ainda atualizados sobre elas. Acho que está relacionado com idéias de novos temas sociais.

QUE TEMAS?

Lúcio Renó – Questões de gêneros, raças, ecologia, de desenvolvimento sustentável. Sai um pouco daquela lógica tradicional dos partidos políticos serem representantes de grupos específicos como trabalhadores, por exemplo. Essa representação específica de interesses de classes não cabe no mundo de hoje. Alguns partidos encon-

tram dificuldades de se situar dentro de alguns temas. Outras, por exemplo, são questões mais sociais: aborto, casamento homossexual, legalização de drogas, a própria idéia da pena de morte. No caso particular brasileiro, esses temas ainda não entraram em plataformas dos partidos. Então, eles acabam sendo representados por outros grupos de representação de interesse.

COMO POR EXEMPLO?

Lúcio Renó – Grupos de lobistas mesmo, entendido no bom sentido do *lobby*, de grupos de pressão. Organizações diversas da sociedade civil que passam a ser porta-vozes mais claros desses interesses, dessas demandas do que os partidos políticos, que não se posicionaram claramente com relação a estes temas. Nessa crise de legitimidade há um descompasso entre desenvolvi-

mento das demandas da sociedade civil e o papel dos partidos representando essas demandas. O papel clássico dos partidos políticos é a intermediação de interesses entre sociedade civil e Estado, entre as demandas da sociedade e as políticas públicas. O papel do partido político é dar a voz, canalizar, as demandas. Acho que sobre alguns deste temas os partidos não tem conseguido lidar da forma que corresponda aos interesses da sociedade. Outra explicação, que não é particularidade brasileira, é o crescimento da influência da mídia na política, em campanhas eleitorais, que gerou, até certo ponto, uma personalização ainda maior do processo político.

O FORMATO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS ENFRAQUECEM OS PARTIDOS?

Lúcio Renó – As campanhas eleitorais com mais propagandas na mídia, bem feitas, com mais imagens do candidato e menos do partido, personalizou muito a política. Este é evento um pouco mais recente. Essa é uma outra explicação não só para o Brasil, é mundial. Os partidos políticos perderam até certo ponto o controle sobre o processo eleitoral. Isso ficou muito mais a cargo e sob a responsabilidade de indivíduos do que de partidos políticos que, em momentos anteriores, controlavam esse processo. Obviamente estes fatores estão relacionados ao Brasil, mas, no caso brasileiro, pode se pensar em outros componentes que explicam um pouco essa crise, essa fragilidade dos partidos políticos.

ESSE DIAGNÓSTICO É O MESMO PARA O BRASIL E OUTROS PAÍSES LATINO-AMERICANOS?

Lúcio Renó – Bom, vamos falar do caso brasileiro porque latino-americano é difícil generalizar, pois há uma varie-

dade enorme. O caso chileno é bem diferente do caso brasileiro no que diz respeito a institucionalidade dos partidos políticos. E acho que essa é a palavra chave: a institucionalização dos partidos políticos. Isso é uma diferença clara entre sistemas de democracia recente como caso brasileiro - que viveu períodos autoritários não muito tempo atrás -, em comparação países não passaram por contextos de ruptura. Nos Estados Unidos, Inglaterra houve um processo de institucionalização e balizamento, fortalecimento e estabilidade, definição de padrões claros, áreas de atuação, construção de um programa político, de uma agenda de temas. Essa idéia de institucionalização está relacionada também ao tempo de existência dos partidos.



ISSO FACILITA A CRIAÇÃO DE IDENTIDADE PARA OS PARTIDOS, COMO OS NORTE-AMERICANOS?

Lúcio Renó – O Partido Democrata, nos EUA, representa muito destas demandas mais progressistas, mais liberais no que diz respeito a vida privada das pessoas. Eles defendem o aborto que é um tema superdivisório. Esse é um dos temas sobre os quais os partidos políticos brasileiros ainda não conseguiram se posicionar. No caso americano tem uma divisão clara. O Partido Democrata trabalha com conceitos de defesas das liberdades individuais extremas, como aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, contra a pena de morte. Por outro lado, o Partido Republicano se posiciona de maneira completamente oposta. Não se vê uma clareza dessa no quadro partidário brasileiro. Não sei se, no caso brasileiro, devido à multiplicidade dos partidos que nós temos, se algum partido consegue englobar todos estes temas. Talvez a construção de uma marca registrada do partido não obrigue que ele se posicione claramente em todos estes temas.

OS PARTIDOS BRASILEIROS TÊM REALMENTE IDENTIDADE FORMADA?

Lúcio Renó – O PT tem uma cara. Acho que o PSDB conseguiu construir uma marca. O PMDB tem um histórico, mas divisões internas muito fortes e, no sentido de criar uma marca, não conseguiu. O Democratas consegue. É o partido que está ligado a uma postura

“Os partidos políticos perderam até certo ponto o controle sobre o processo eleitoral. Isso ficou muito mais a cargo e sob a responsabilidade de indivíduos do que de partidos políticos.”

claramente liberal e mais à direita no quadro político brasileiro.

AINDA É POSSÍVEL DIZER QUE EXISTE DIREITA NO BRASIL?

Lúcio Renó – Acho que o Democratas é o principal representante de direita no Brasil. O que significa defender baixa intervenção estatal na economia, liberalização dos mercados e muito da lógica estabelecida pelo consenso de Washington. O Democratas são claramente a favor de uma diminuição do papel do Estado. Um dos divisores de água dos partidos é o quanto se tem que intervir e controlar a economia e até mesmo o tamanho do Estado. O Democratas tem uma postura clara com relação a isso: estado ideal é o estado pequeno. O PSDB se aproxima muito dessa postura no papel do estado na economia, na sociedade, não em direitos individuais. Então você pode pensar assim: qual é o papel que o estado tem em direito individual? Se maior ou menor, se o estado tem de controlar seu direito a ter aborto, a casar com quem você quiser? Também na economia, o quanto o estado tem que regulamentar ou até mesmo participar ativamente da economia, controlar a economia? Um outro aspecto disso é a política social. Quanto o estado tem que investir em garantia e igualdade? São esses três fatores, essas posições ideológicas que afetam como os partidos podem construir suas marcas registradas. De novo, acho que há claramente um partido mais à direita e claramente partidos mais à esquerda.

DO PONTO DE VISTA PRÁTICO, OS GOVERNOS DO PSDB, COM O EX-PRESIDENTE FH, E DO PT, COM O PRESIDENTE LULA, SE MOSTRAM MUITO PARECIDOS?

Lúcio Renó – O partido que passa a governar, deixa de ser radical. Esse é um dilema destes partidos de esquerda:

como continuar radical no poder? Os governos do PT e do PSDB/DEM são muito parecidos e o PT/PMDB também. Tem muito em comum, principalmente no diz respeito ao papel do estado na economia. Um dos fatores da crise de legitimidade dos partidos é eles não terem conseguido construir a marca registrada ao longo das últimas décadas. Até porque a alternância no poder não foi tão comum no nível federal. Nós tivemos a mudança de 2002. O PMDB, por exemplo, ainda não governou o país a nível federal, participou de coalizões.

O PMDB GOVERNOU COM SARNEY, APÓS O FIM DO PERÍODO MILITAR...

Lúcio Renó – Eu ia dizer, mas é um período tão tumultuado que é



FOTOS: WENDERSON ARAÚJO/BRITONNEWS

difícil comparar com pós-94. Antes de 94 é difícil tentar entender qual é o impacto na formação de uma identidade partidária. Ainda hoje as identidades não estão claramente constituídas. Sem dúvida, em alguns momentos os partidos avançaram nessa frente, mas ainda há confusões.

DUAS POLÍTICAS PÚBLICAS SE FIRMARAM NA AGENDA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS TEMPOS: A ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E A AGENDA SOCIAL. O SENHOR CRÊ QUE ELAS ESTÃO ASSIMILADAS PELA SOCIEDADE?

Lúcio Renó – É muito difícil reverter investimento social tão pesado feito pelo governo petista. Ninguém vai fazer campanha contra. Não tem espaço para retórica de combate. Até mesmo combate ao assistencialismo, que é a crítica principal a essas políticas sociais. O PSDB poderia ir em direção a este tipo de política, até porque eles combatiam práticas assistencialistas. A posição do Fernando Henrique, até certo ponto, foi ambígua: em parte ele usou esse instrumento como recurso eleitoral. Mas o PSDB, no governo, continua sendo muito diferente de uma retórica petista. A retórica do PT não é de choque de gestão. Não é uma retórica necessariamente de disciplina fiscal, embora seja respeitada. Óbvio é lei, não tem como não respeitar. É secundário a disciplina fiscal em prol da melhoria da qualidade de vida.

“O partido que passa a governar deixa de ser radical. Esse é um dilema destes partidos de esquerda: como continuar radical no poder?”

Entrevista

HÁ ENTÃO DIFERENÇAS DE POSICIONAMENTOS SUPERFICIAIS SOBRE CERTAS QUESTÕES?

Lúcio Renó – Há uma divisão porque um grupo acha necessário uma reversão para uma administração mais responsável, com enxugamento do estado. Essa não é a preocupação central do governo do PT/PMDB. Elas são muito claras na proposta do Alckmin e também no Serra, um pouco menos.

QUAIS OS PONTOS CENTRAIS PARA UMA AGENDA DE FUTURO PARA O BRASIL?

Lúcio Renó – São dois temas constantes que não foram resolvidos: um é a segurança pública. O Fernando Henrique saiu do governo dizendo: “eu olho para trás e me arrependo de não ter enfrentado de forma eficiente a questão da segurança pública”. Concordo ele. O Lula também não está conseguindo enfrentar esse problema de forma eficiente. A segurança se tornou problema federal. A grande desculpa dos presidentes é de que esse é um problema estadual. Mas o grande problema na realidade é o tráfico. E tráfico é problema federal, pois envolve nossas fronteiras. Tráfico não só de drogas, mas armas e pessoas. Repercute obviamente em segurança local que tem que ser administrado pelos estados, pelos municípios. Não é em si problema federal, mas tem de se combater o grande crime. Desse tema não há como fugir dele.

E O OUTRO ?

Lúcio Renó – Outro tema é também é relacionado a questões de segurança até certo ponto, mas é a corrupção. Não é a questão de segurança, mas a questão de justiça, de polícia. Você lida com a prevenção de crimes de *colarinho branco*, questão de milícia, gastos de

“Na verdade, quem tinha que controlar o Orçamento era o Legislativo e não o Executivo. Esse é o padrão clássico.”



recursos públicos que é um tema quente. Também há a questão, desde a criação do estado brasileiro, do patrimonialismo, que é a confusão do público com o privado. E que o Brasil não resolveu. Acho que se caminhou numa direção extrema de tornar quase tudo crime. Todo tipo de comportamento de gasto do dinheiro público, até aqueles que são legítimos. Por exemplo, pagar comida para a autoridade estrangeira que se está recebendo no país não é o uso indevido de dinheiro público. Mas quando acontece, há críticas. Há exagero, pois não se encontrou o ponto ideal do que é considerado uso indevido do dinheiro

público e o que é uso adequado desses recursos. Por conta da nossa tradição e da nossa desconfiança da classe política em geral, de eventos diversos de corrupção no passado, deu-se um passo muito contundente no sentido de criminalizar todo comportamento que às vezes não tem que ser criminalizado.

A FALTA DE LEGITIMIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS VEM DESSE DESCRÉDITO, DESSA DESCONFIANÇA DA OPINIÃO PÚBLICA?

Lúcio Renó – Esse é outro fator. Não está restrito a partidos. Podem caminhar para falar da classe política incluindo, por exemplo, o legislativo, executivo, não se coloca o judiciário porque não é classe política. Enfim, todos os poderes da União, mas existe uma desconfiança quanto ao desempenho desses atores, muito em decorrência dessa confusão do que é público e privado. A impressão que se passa para grande parte da população, é que não se consegue fazer política, não se chega a decisões no Congresso, que sofre de paralisia decisória. E isso não é bem verdade. O governo Fernando Henrique Cardoso conseguiu construir maioria e aprovar muita coisa no Congresso. A administração Lula teve sucessos contundentes. Não são maiorias construídas facilmente; exigem um esforço muito grande que envolvem diversos instrumentos do Poder Executivo, e que às vezes são vistos como ilegítimos.

O SENHOR CONCORDA COM A TESE DE QUE O INSTRUMENTO DA MEDIDA PROVISÓRIA PERMITE AO GOVERNO FEDERAL CONTROLAR A PAUTA DO LEGISLATIVO?

Lúcio Renó – Na verdade, o governo tem diversos instrumentos para controlar a pauta do Legislativo. Medida Provisória é um deles. Outros são os con-

troles de uma enormidade de cargos na burocracia. Tudo isso dá muito recurso de poder para o Executivo controlar a agenda do Legislativo. As Medidas Provisórias são instrumentos de negociação política. Há estudos que correlacionam, por exemplo, padrões de votações dentro do legislativo e liberação de emendas orçamentárias. Tem outros estudos que apontam o impacto positivo dessas emendas para um determinado deputado que concorre em eleição. Forma-se um ciclo: o deputado tem interesse nessas emendas e precisa delas porque viabilizam sua sobrevivência eleitoral; o Executivo as controla e as utiliza de forma estratégica. Eu defendo a necessidade de emendas orçamentárias do parlamentar. Na verdade, quem tinha que controlar

“O consenso da elite política brasileira é totalmente favorável à democracia. Não existem mais discursos claramente antidemocráticos. É um aspecto positivo.”

o orçamento era o Legislativo e não o Executivo. Esse é o padrão clássico nos Estados Unidos, na Inglaterra.

QUEM CONTROLA O ORÇAMENTO CONTROLA A AGENDA PARLAMENTAR NACIONAL?

Lúcio Renó – O controle o orçamento é fundamental para controlar a agenda. O desenho inicial do regime democrático representativo, que é o que temos no Brasil, prevê que seja o Legis-

lativo a controlar o orçamento. É extremamente legítimo que o parlamentar coloque recursos para localidades. Até porque, no caso brasileiro, você tem problemas sociais sérios no nível local e há uma escassez enorme de recursos. Esse mecanismo de transferência de recursos federal é muito inteligente. O deputado representa certo estado e até certa região de um estado. Então o deputado acaba representando quatro, cinco, seis municípios. Ele não representa aquele estado todo. Ele é quem conhece bem esses municípios. Ele é que vai lá e vê a realidade. Ele é um ator fundamental para a melhoria da qualidade de vida. É a função dele, é constitucional, é uma obrigação do deputado. O problema é que as pessoas confundem: “Ah! vira vereador, despachante”. Não tem nada disso. Ele é um representante daquela população. Ele tem mais que investir na melhoria da qualidade de vida do seu eleitorado. Há, claro, distorções, como aconteceu no escândalo dos sanguessugas. Ali é claramente um caso de polícia, é um caso da justiça.

NÃO HÁ UM ENFOQUE MUITO MAIOR NOS ASPECTOS NEGATIVOS DOS POLÍTICOS? ESSE ENFOQUE NÃO SERIA INTENCIONAL?

Lúcio Renó – O contribui para construir a imagem dos políticos é obviamente a mídia e o quanto os políticos fazem propaganda de sua atuação. A cobertura é em geral negativa. Existe uma descrença com relação à classe política



Entrevista

FOTOS: WENDERSON ARAÚJO/OBRITONEWS



brasileira, mundial. Ninguém gosta de político. Eles sempre são mal avaliados. Em qualquer pesquisa de opinião pública os políticos estão sempre lá embaixo. O Congresso está sempre lá embaixo. É inegável que a classe política brasileira cometeu diversos equívocos no transcorrer da sua história, mas há um desequilíbrio no fato da mídia enfatizar o aspecto negativo. A mídia tem o papel central nisso, mas isso é esperado. A mídia vai cobrir obviamente muito mais notícia negativa do que positiva. É característica inerente à própria mídia criticar. Não se pode culpá-la por isso, mas louvá-la por isso. Ela cumpre papel muito importante em fazê-lo. Cabe talvez uma reação dos políticos, do Legislativo em se valorizar usando a mídia, usando propaganda. Tem que fazer isso porque é uma batalha no sentido de valorizar as instituições que são centrais para a democracia. Dentro da classe política brasileira há hoje um

consenso sobre a necessidade de manutenção e fortalecimento de partidos políticos, manutenção e fortalecimento do Poder Legislativo, dos órgãos de investigação, de transparência e controle. Os consensos dentro da elite são muito positivos para a democracia no Brasil. Essas crises de legitimidade já foram utilizadas em outros tempos para fechamento do sistema para a participação política.

HOJE ISSO AINDA SERIA POSSÍVEL?

Lúcio Renó – O consenso da elite política brasileira é totalmente favorável à democracia. Não existem mais discursos claramente antidemocráticos. É um aspecto muito positivo. Quando se passa para o nível de opinião pública de massa para o cidadão brasileiro em geral, esse consenso já não é tão forte quanto na elite. O que coloca certa preocupação para longo prazo sobre a democracia no Brasil.

Não estou dizendo, portanto, que a democracia é um valor consolidado. Não é algo que a gente não precise investir no seu fortalecimento. Mas as ameaças e os medos de sofrer reversões contrárias parecem mínimos. A democracia brasileira não corre riscos sérios de reversão. Por exemplo, acho que um terceiro mandato para o presidente Lula dificilmente seria aprovado.

O SENHOR ACREDITA QUE A REFORMA POLÍTICA, MUDANDO LEIS, PODE MUDAR ESSE QUADRO?

Lúcio Renó – Mudanças em regra melhorariam a atuação dos candidatos, dos políticos. No sistema americano, inglês só se elege um por distrito e os partidos controlam o processo de nomeação. Aqui, há candidatos que já têm lugares assegurados, independe da cúpula do partido ou da base. Então, quando você passa para o período eleitoral, claramente o sucesso eleitoral do candidato depende quase que exclusivamente dele.

NA SUA VISÃO COMO O IMAGINÁRIO POPULAR DESENHA O PERFIL DO POLÍTICO IDEAL? QUAL SERIA O PERFIL IDEAL DE UM POLÍTICO QUE MERECERIA A SUA CONFIANÇA?

Lúcio Renó – Existem diferenças para casos do Executivo e do Legislativo. Um traço comum é que o político deve trazer melhorias para a qualidade de vida das pessoas. Isso é uma demanda clara do eleitor brasileiro. As pesquisas que apontam esse critério inclusive para deputados. Quando você pergunta ao eleitor o que você acha que é mais importante o deputado fazer: defender temas nacionais, apresentar leis no Congresso, fiscalizar o executivo, ajudar o governador ou trazer benefícios para o município. É o benefício para o município que o eleitor escolhe.



Em Brasília, professor Joel Maciel dá aula de marketing e liderança

Curso de formação política

Thatiana Souza

Repórter

Um ano após o seu lançamento, em 20 de maio de 2007, em Caxias do Sul/RS, o Ensino à Distância (EAD) promovido pela Fundação Ulysses Guimarães já é uma realidade em todo o País. Dividido em três vertentes, que o presidente da FUG Nacional, deputado federal Eliseu Padilha, julga serem essenciais para o processo, que são: a Formação Política; a Preparação de Candidatos a Prefeitos e Vereadores com vistas às eleições municipais de 2008; e o Plano Municipal de Governo; o EAD já é uma realidade com 32.147 alunos participantes e 1.185 turmas formadas (conforme quadro).

Com objetivo de promover e resgatar a formação político-partidária de toda a base do PMDB, capacitar

os militantes e dirigentes partidários, o EAD visa contribuir também para construção de uma sociedade igualitária e justa, oferecer uma oportunidade de aprendizado sobre política e integrar todo o Partido em prol de um programa de Governo. O presidente nacional do PMDB, deputado federal Michel Temer, pensa que todo partido político tem a responsabilidade de pensar o destino do País e seus militantes têm o direito de atuar efetivamente para intervir nos rumos políticos da Nação.

Para Padilha, o EAD resgatará e trará a sociedade, principalmente ao militante, o debate político-partidário. Além de resgatar as bandeiras do PMDB que também estavam esquecidas. “O PMDB precisa de uma identidade,

e o EAD quer criar essa identidade. Não podemos deixar de lado a ética, muito menos nos compactuar com um processo mercadológico que não tenha coerência com a realidade e com a verdade”, afirmou.

Na concepção da Secretaria-Executiva do EAD, Elisiane da Silva, “a formação é hoje uma exigência da sociedade. O mercado tem exigido nos mais diversos ramos, a profissionalização. Porque não exigir políticos, que sejam competentes, bons administradores e que saibam do seu papel frente à comunidade?”. Acreditando nesta demanda e exigência da sociedade, a FUG está promovendo o Curso Básico de Formação Política em todo o País. A meta é atingir os 5.562 municípios, já que o PMDB é hoje o maior Partido do Brasil.

Em movimento

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, acredita nessas premissas e considera o EAD uma excelente oportunidade de aumentar o conhecimento político sobre o Brasil de hoje e a necessidade de envolver a militância.

A FUG escolheu o método de ensino à distância para envolver e organizar os alunos, já que a Fundação visa cumprir seu principal papel de ordenar as grandes discussões filosóficas do partido e colocar em prática, por meio de atos concretos, como por exemplo, o Curso Preparatório de Candidatos a Prefeitos e Vereadores e o Programa Municipal. “Eu creio que, para um partido que pretende formular um projeto de nação, é indispensável e insubstituível o debate político, teórico, com boa formação acadêmica, com uma estrutura conceitual adequada para que seus militantes e dirigentes assumam seus compromissos de forma clara. E o EAD utilizando esta metodologia reúne os recursos indispensáveis para vivermos esta experiência”, declarou o ex-presidente da FUG Nacional, Moreira Franco.

O ensino à distância se sustenta em três pilares: o material didático – os cadernos com as aulas escritas –, a vídeo-aula e os mediadores. O mediador é a peça fundamental para o melhor desempenho do EAD e, foi pensando nisso, que a FUG realizou dois encontros presenciais, reunindo em Brasília, em novembro de 2007, os representantes das Fundações Estaduais e os Presidentes dos Diretórios Regionais do PMDB. Estes encontros foram pautados para

EAD NO BRASIL (CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO POLÍTICA)

Estado	Total de municípios no Estado	Total de turmas	Total de alunos
Acre	22	21	629
Alagoas	102	Em implantação	
Amapá	16	Em implantação	
Amazonas	62	1	40
Bahia	417	141	5.640
Ceará	184	20	400
Distrito Federal	1	Em implantação	
Espírito Santo	78	81	3.231
Goiás	246	152	5.310
Maranhão	217	1	30
Mato Grosso	141	237	2.604
Mato Grosso do Sul	78	100	2.467
Minas Gerais	853	62	1.851
Pará	143	2	70
Paraíba	223	1	15
Paraná	399	1	30
Pernambuco	184	Em implantação	
Piauí	223	Em implantação	
Rio de Janeiro	92	1	340
Rio Grande do Norte	167	5	340
Rio Grande do Sul	496	152	2.623
Rondônia	52	22	1.155
Roraima	15	23	988
Santa Catarina	293	134	3.612
São Paulo	645	28	772
Sergipe	75	Treinamento de mediadores	
Tocantins	139	Em implantação	
Total	5.563	1.185	32.147

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e EAD

discussão e apresentação do Projeto que, em pouco tempo, tomou conta de todo o Brasil. Os mediadores formados puderam retornar aos seus estados e transmitir a idéia aos militantes.

“Queremos melhorar a política, os políticos e a vida em sociedade, mas isto só será possível através do conhecimento, da qualificação de todos os agentes do processo político”, pensando assim, a Presidência da FUG convidou

para coordenar todo este processo de aprendizagem o Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Os cursos oferecidos trazem à discussão os diversos assuntos da política, da economia e da realidade brasileira e alertam os militantes e dirigentes para os problemas que podem advir no futuro. Conscientizando o cidadão e despertando novas vocações políticas, o PMDB e a FUG estão ajudando construir uma identidade política, um futuro promissor para o País, com confiança e modernidade. “A nossa função é apontar caminhos, pensar e elaborar soluções para chegarmos ao destino traçado. Apostando neste projeto e no resgate das nossas bandeiras e identidades, realçamos a importância de participação nos nossos cursos de Formação Política”, concluiu Padilha.



Em Rondônia, o líder no Senado, Valdir Raupp, prestigia o EAD

Plano de Governo

O PMDB do Rio Grande do Sul, em parceria com o Ensino à Distância (EAD), está percorrendo todo o Estado com a finalidade de ouvir as lideranças partidárias e reunir sugestões para o Plano de Governo Municipalista. Os encontros estão acontecendo nas 33 coordenadorias que o partido está dividido no RS e são chamados de Oficinas de Políticas Públicas.

Nestas oficinas, os dirigentes apontam diretrizes nas áreas de educação, saúde, administração, meio ambiente e um tema livre adaptado à peculiaridade de cada município. O resultado deste trabalho será apresentado no final de junho, período em que será concluído Plano de Governo Municipalista que



PMDB/RS

servirá de bússola para o partido nas eleições de 2008.

Em estudo realizado recentemente pelo Partido no Estado, o PMDB terá candidatura própria a Prefeito em 36 dos 50 maiores colégios eleitorais. E, esse percentual ainda pode ser alterado, pois em 10% dos municípios gaúchos a situação está indefinida.

O EAD leva teoria clássica aos índios de Roraima

Quarenta alunos das tribos Wapixana, Macuxi e Tauretong residentes na Reserva Indígena São Marcos, em Paraima/RR participam do curso Básico de Formação Política. Com aulas quinzenais, ministradas na Maloca Boca da Mata, os alunos

ficam o dia inteiro reunidos e fazem debates em oficinas. Hoje, o grupo trabalha na 8ª aula. A idéia de reunir a turma de índios partiu do Prefeito do Município, Valder Albuquerque e, do dentista local, Orismam Firmino, professor-mediador.



FUG

CONCURSOS

A FUG Nacional realizará um concurso de monografia sobre "A contribuição do PMDB à Constituição de 1988". O regulamento está disponível na página www.fugpmdb.org.br. As três melhores monografias de cada categoria serão premiadas, totalizando R\$ 25 mil.

EM SEU MUNICÍPIO

Os diretórios municipais do PMDB em todo o País que ainda não solicitaram a abertura de turmas do Curso Básico de Formação Política e do Curso de Preparação de Candidatos oferecidos pela Fundação Ulysses Guimarães Nacional, através do Ensino à Distância (EAD), podem fazê-lo pelo site www.ead.fugpmdb.org.br.

Após a solicitação, a equipe do EAD encaminhará um *kit* aula, que compreende o Manual do Aluno, o Plano de Governo Municipalista e as revistas das aulas produzidas com textos de professores.

Aulas para conquistar o eleitor

Mais uma iniciativa da Fundação Ulysses Guimarães Nacional está sendo realizada com sucesso em todo o Brasil: o curso de Preparação para Candidatos. Com vistas às eleições municipais de 2008, a FUG e o PMDB estão ministrando cursos voltados aos candidatos a cargos eletivos nas eleições municipais de 2008, dirigentes partidários e militantes, envolvidos no processo eleitoral.

As aulas foram produzidas com o apoio dos professores do Instituto de Ciências Políticas e da Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E, objetivam preparar os candidatos do PMDB em todo País com conhecimento das atribuições do cargo que postulam, com temas que abordam os princípios da administração pública,

“Curso de Preparação para candidatos com vistas às eleições municipais de 2008.”

responsabilidade fiscal e marketing eleitoral.

Para o presidente da FUG Nacional, deputado Eliseu Padilha, “a nossa idéia é ter uma linguagem unificada, construir uma identidade nacional e criar uma Proposta de Governo para o País”.

Exemplo – O Diretório Regional do Rio Grande do Sul aprovou em Convenção Estadual, em dezembro de 2006, resolução que tornou obrigatória aos candidatos que postulam

disputar cargos eletivos, a participação em algum dos cursos do EAD. Para o presidente do PMDB/RS, senador Pedro Simon, “estes cursos de formação já se constituem obrigação aos candidatos a cargos eletivos no PMDB do RS. Porque, mais do que o mero aprendizado, os cursos formam o cidadão e o candidato peemedebista, conferindo-lhe um discurso e uma identidade própria que se refletirá em sua ação política e nas relações com a comunidade”.

A meta do Estado é eleger 200 prefeitos e 1,5 mil vereadores nas eleições de 2008.

Na conclusão do curso, após ter a frequência mínima em 70% das aulas, os alunos receberão os certificados emitidos pela Fundação Ulysses Guimarães e do Diretório Estadual do PMDB.



PMDB/RS

Seis mil quilômetros de superação e entusiasmo

Teté Bezerra

Presidente da FUG em Mato Grosso conta sua longa jornada para mobilizar a militância

Não há nada mais gratificante na vida do que ver nascerem os frutos de seu trabalho. E esse momento torna-se ainda mais especial quando o trabalho foi árduo e a tarefa a ser executada, desafiadora.

Colocar para funcionar o Curso Básico de Formação Política em um estado com as dimensões continentais do Mato Grosso era um desafio só aceitável dado o caráter inovador do curso e, principalmente, dada a sua importância social.

Quando fomos chamados a Brasília, em novembro de 2007, para conhecer o curso, sabíamos que seria preciso nos desdobrar para dar conta de formar mais de 8 mil pessoas e oferecer a formação em 141 municípios.

No dia 8 de dezembro começamos reuniões de planejamento. Para a nossa alegria, o entusiasmo de companheiros do Diretório Estadual, da Fundação Ulysses Guimarães e da militância foi contagiante. Todos conseguiram captar a importância do projeto: jamais um partido brasileiro havia dado tal oportunidade para os seus militantes e era preciso agarrá-la.

Dividimos o estado em 16 macro-regiões a serem visitadas e colocamos o pé na estrada. A estação era de chuva e, nesta época do ano, muitas estradas de Mato Grosso ficam intransitáveis, isolando vários municípios.

Isso prejudicou em parte o quórum de nossas reuniões. Muitos militantes tinham que viajar até 10 horas para percorrer apenas 180 quilômetros. Ainda assim, depois de viajar por mais de seis mil quilômetros de estradas e perfazer onze horas de voo em trechos que, devido ao prazo e à distância, só

ARQUIVO



podíamos fazer de avião, conseguimos atingir 106 municípios.

Em todos os lugares, a receptividade à implantação do curso foi positiva e não foi à toa tivemos uma adesão tão entusiasmada. Claro que houve aqueles representantes que não entenderam de imediato a nossa proposta, mas a maioria viu que ali estava a chance de o partido dar um passo à frente na política estadual, e um salto no cenário brasileiro.

Tanto foi assim que a notícia se espalhou e acabamos formando mediadores de Goiás e do Pará, em municípios que fazem divisa com Mato Grosso. Tele-salas de aula foram montadas, inclusive em assentamentos da reforma agrária e, para a nossa grata surpresa, caciques de aldeias indígenas também fizeram questão de participar e hoje frequentam o curso.

Em todos os lugares, a empolgação e a motivação fez com que Mato Grosso conseguisse abrir quase 300 tele-salas em 88 municípios, que são frequentadas hoje por cerca de 8,5 mil pessoas.

Em municípios muito distantes, como Santa Terezinha, que fica a 1.200 quilômetros de Cuiabá, a pequena demora na chegada do material realçou a criatividade dos mediadores. Para não prejudicar o andamento do curso, ou não desanimar a turma, a saída foi convidar autoridades locais para uma palestra, exibir filmes que tivessem correlação com o assunto da aula, ou mesmo revisar o conteúdo. Até agora, em nosso estado, nenhum obstáculo foi suficiente para apagar o entusiasmo. Nem mesmo a atitude de um determinado prefeito de partido adversário. Ele proibiu que as aulas fossem ministradas na Câmara Municipal, como havia sido previamente combinado, e transferiu para longe da sede do município justamente o servidor que era o nosso mediador local. Café pequeno para quem quer aprender: hoje, as aulas são realizadas, e com o maior sucesso, na varanda da casa do presidente do diretório municipal.

Já em Cuiabá, o apoio tem sido maciço. Já temos duas tele-salas funcionando na Câmara Municipal e em breve inauguraremos novas turmas na Assembléia Legislativa.

Como escrevi no início, são os primeiros frutos de um trabalho que, tenho a certeza, ainda vai nos render muitos outros. Estes virão na forma de uma militância mais consciente, mais aguerrida, mais identificada com os valores do partido. Virão na forma de um PMDB mais forte, mais presente nas discussões dos problemas que afligem a nossa sociedade, mais à altura de sua história e de seus ideais. E virão, por fim, na forma de um Brasil mais justo para todos nós.

O PMDB MOSTRA SUA CARA



MOSTRE A SUA TAMBÉM

Participe dos cursos da Fundação Ulisses Guimarães

Eleições no mundo em perspectiva

Graziela R. Camargo

Cientista política

Após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, não foram poucos os analistas que se precipitaram em anunciar a vitória de um modelo de sociedade sobre outro: O Liberalismo, em sua feição Capitalista, teria vencido o Comunismo. Francis Fukuyama, renomado cientista político norte americano, foi enfático: era o fim da história. Fim da história como narrativa dialética em que lados opostos da sociedade disputam a hegemonia de um projeto de poder. No entanto, a relativa estabilidade política ocasionada pelo consenso em torno do Liberalismo e da Democracia como modelos de organização social proporcionou o surgimento de novas demandas sociais. Grupos por longo tempo impedidos de participarem dos processos políticos ocupam os espaços criados pela democracia.

O principal instrumento de participação popular na democracia é o voto. Democracias maduras respeitam os resultados das urnas e legitimam as decisões emanadas do povo. Porém, uma análise cuidadosa dos processos eleitorais no mundo demonstra que os resultados obtidos nas urnas são cada vez mais inconclusivos.

“As pessoas deram o seu veredicto, nós respeitamos isso.” Quando, em Fevereiro, um porta-voz do partido no poder no Paquistão faz esta declaração, após as eleições parlamentares, os cínicos alertaram: a despeito das palavras proferidas, o Presidente Per-



vez Musharraf resistiria aos esforços de desalojá-lo do poder. E foi isso que aconteceu.

A forma como o resultado das eleições, ocorridas no dia 29 de março deste ano, no Zimbábue, foi recebida pela população demonstra o tortuoso percurso de estabilização da Democracia no mundo. Oficialmente, o candidato da oposição Morgan Tsvangirai teria obtido mais dos 50% dos votos válidos e vencido, em primeiro turno, Robert Mugabe, encastelado no poder desde 1980. Numa eleição tipicamente inconclusiva, os resultados levaram muito tempo para serem anunciados e foram questionados tanto pela oposição quanto por observadores internacionais. A oposição tem reclamado freqüentemente de perseguição, arbitrariedades e violências contra seus partidários. Um segundo turno foi marcado para o dia 27 de junho.

Na teoria democrática, o voto seria decisivo. As pessoas são consultadas, um novo governo é formado, os perdedores aceitam o resultado e o debate político é reiniciado em novas bases. As recentes eleições na Espanha, em Taiwan e na Malásia são exemplos que confirmam esse ideal.

Contudo, mesmo nos países mais estáveis, as coisas nem sempre acontecem da forma descrita. Em casos raros, os votantes dividem-se de forma tão homogênea que não há como descobrir o vencedor – foi o que houve em 2000 nos Estados Unidos da América nas eleições presidenciais. Normalmente, as tendências de votos e a face do novo governo são nítidos desde cedo. Isto é uma verdade até mesmo nos países de sistema proporcional e com tradição de formação de coalizões. As pessoas já mais ou menos prevêm quem liderará as coalizões e qual cara ela terá.

Identificamos um cada vez maior número de eleições em que o voto por si mesmo representa um pequeno fator no desfecho final do processo eleitoral. As eleições ocorridas no Quênia, em 2007, são o melhor exemplo. Havia voto e, em princípio, um governo. Porém, a ligação entre os dois era de veras tênue. Violência tribal, conversas sobre alternância no poder e emendas constitucionais patrocinadas por organismos internacionais teve tanto a ver com o resultado final das eleições quanto o próprio processo eletivo.

“Acima de tudo, votar é um exercício de responsabilidade em que cada voz imersa na diversidade é igualmente considerada nas decisões relativas ao bem comum.”

Este foi um caso extremo, é certo, mas não é único. Duas eleições recentes no Cáucaso falharam em trazer estabilidade sonhada: após as eleições presidenciais na Geórgia, em Janeiro, a oposição encenou uma imensa greve para contestar os resultados. Embates sangrentos deram seguimento ao anúncio dos resultados das eleições armênicas, ocorridas em fevereiro: oito pessoas foram mortas quando a polícia interferiu nas manifestações de oposição.

As eleições parlamentares na Ásia – Tailândia, em dezembro de 2007 e no Paquistão – contribuíram para remover a base de sustentação de dita-

dores militares, mas deixaram milhares de políticos e cidadãos indecisos. Se considerarmos a Bélgica, onde o novo governo levou nove meses para tomar posse e parece ter sido formado com pouca referência aos resultados das eleições, descobriremos que, dos 21 países que elegeram novos governos nos últimos quatro meses, o resultado dos votos foi menos decisivo em pelo menos seis.

O número parece estar aumentando. Em 2006, quatro de cinco eleições foram consideradas “inconclusivas”: eleições parlamentares na Tailândia e nas Ilhas Fiji ambas venceram o Exército; eleições gerais na República Tcheca produziram um longo impasse; as eleições presidenciais no Congo foram questionadas, porém, aceitas. O candidato André Obrador, vencido por Felipe Calderón nas últimas eleições presidenciais mexicanas, por uma diferença de aproximadamente 200 mil votos, contestou o resultado e organizou uma série de protestos nas ruas da capital, muito embora o Tribunal Federal Eleitoral do México tenha confirmado a vitória de Calderón.

No ano de 2006, houve 70 processos eleitorais para Presidente ou para o Parlamento. O ano de 2000 foi palco de, aproximadamente, o mesmo número de processos eleitorais: eleições para presidência nos Estados Unidos, na Tailândia, no Peru, em Côte d’Ivoire, Etiópia e Sérvia. No total, houve 64 eleições no mundo. Voltando um pouco mais no tempo, somente três das 48 eleições ocorridas em 1990 tiveram resultados claros e não contestados (as exceções foram

em Mianmar, Granada e Suriname); em 1980, todas as três eleições ocorridas foram decisivas.

Percebemos que o número de eleições inconclusivas está aumentando. Qual seria a causa disso? Uma resposta simples seria a de que há mais eleições no mundo. Segundo os dados da Freedom House, uma instituição de pesquisa norte americana, o número de democracias eleitorais aumentou de 70, na década de 80, para quase 100, na década de 90 e para 121, em 2007.

É um reforço ao otimismo perceber que aumenta o número de democracias eleitorais no mundo. Afinal, ao conjunto de mudanças ocasionado pelo sistema de governo, soma-se o rol dos direitos humanos. A maior mobilidade proporcionada pela Globalização faz premente a existência de regras universais que transcendam as fronteiras nacionais. Porém, a espiral dialética se impõe: como resposta à referida maior mobilidade, surgem novas imposições que acirram as diferenças nacionais. Perde o espírito democrático.

As eleições são, de fato, somente uma parte do complexo mecanismo das instituições democráticas. Acima de tudo, votar é um exercício de responsabilidade em que cada voz imersa na diversidade é igualmente considerada nas decisões relativas ao bem comum. A existência de eleições inconclusivas não deve apontar para falhas inerentes ao modelo democrático, mas, sim, à cultura cívica dos cidadãos e cidadãs que se defrontam com a oportunidade de atuar politicamente.

Há vinte anos o PMDB ENTREGOU AO BRASIL A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

“No dia 5 de outubro de 1988, na reunião do Congresso Nacional convocada especialmente para a promulgação da nova Constituição, naquele instante em que Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, ergue o volume com os originais da nossa Lei Maior e pronuncia as seguintes palavras: “A nação quer mudar! A nação deve mudar! A nação vai mudar! A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda Brasil”, o PMDB consumava o resultado de uma luta que vinha desde o seu nascimento, há 22 anos, e entregava ao Brasil a institucionalização do Estado Democrático de Direito, saudando, assim, seu projeto de consolidação da democracia política em nosso País.”

**Trecho retirado do livro
“A história de um rebelde”,
de Tarcísio Delgado**

**Vide nota do Concurso “A contribuição do PMDB à Constituição de 1988”, na página 24.*



ARQUIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Temporão discute com deputados recursos para saúde

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pediu à bancada do partido na Câmara apoio político para aumentar os recursos de sua pasta. Mais de 70 deputados presentes à reunião declararam apoio ao trabalho do ministro Temporão e prometeram lutar pela ampliação das verbas.

“O ministério da Saúde é estratégico e precisa funcionar. A sociedade tem demandas quanto à qualidade dos atendimentos e à ampliação dos serviços prestados”, afirmou Temporão.



FOTOS: OBRITONNEWS

Temporão e Henrique Alves em defesa de mais recursos para a Saúde

Temer envia Manual das Eleições a municípios



O presidente nacional do PMDB, Michel Temer, determinou o envio, a todos diretórios municipais do partido, do Manual das Eleições e do Manual de Prestação de Contas. “Há mudanças importantes impostas pelo TSE. É importante que os candidatos fiquem atentos a esses novos pontos e às possíveis punições”, alerta Temer.

Pedro Chaves comanda o combate à pirataria



O deputado federal Pedro Chaves (PMDB-GO) foi eleito presidente da Comissão Especial da Câmara que proporá legislação de prevenção e combate à pirataria industrial e comercial. “Vamos começar o trabalho com um levantamento comparativo das leis de outros países e ouvindo representantes da sociedade civil” – disse Chaves. “Nosso foco são medidas educativas e legislativas, de prevenção, combate à pirataria e proteção aos direitos do autor e à propriedade intelectual”, lembra o deputado.

Raupp comemora leilão para usina de Jirau

O líder do PMDB no Senado Federal, Valdir Raupp (RO), elogiou a realização do leilão para construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira. Segundo ele, a concorrência trará grandes benefícios para Rondônia. “O empreendimento já é um sucesso antes mesmo do início de sua construção”, afirmou o senador ao destacar que o fato do consórcio Energia Sustentável ter vencido com um deságio de 21% sobre o preço máximo do quilowatt-hora, demonstrando a rentabilidade do empreendimento e os benefícios que irá gerar.

Há mais de 30 concessionárias de distribuição estão interessadas em adquirir a energia a ser gerada em Jirau, que Raupp defende desde a década de 1990.



São Paulo, Lazer e Negócios

Aírton Sandoval

Secretário-Geral do PMDB-SP

Quando padres da Companhia de Jesus, entre eles José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, deixaram a Vila de Santo André da Borda do Campo, escalaram a Serra do Mar e chegaram ao planalto de Piratininga, não imaginavam estar iniciando a formação da mais importante cidade brasileira.

Ali, em 25 de janeiro de 1554, fundaram um colégio e ao seu redor iniciou-se a construção das primeiras casas de taipa, dando origem do povoado de São Paulo de Piratininga.

Foi a partir de São Paulo que saíram as “Bandeiras”, compostas por homens destemidos, que iam em busca de ouro, pedras preciosas. Em suas jornadas ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas e ampliaram as divisas do país.

A partir de 1841, nos tempos do imperador D. Pedro II, São Paulo viveu um surto de grande progresso com a consolidação da lavoura cafeeira, o que determinou em 1860/1861 o início da construção da primeira estrada de ferro do país, ligando duas cidades: Santos a Jundiá.

Com a abolição da escravatura, o crescimento das lavouras cafeeiras e a grande carência de mão de obra, determinaram a chegada de grandes massas de imigrantes. Foi o trabalho dedicado e incansável de homens e mulheres do país e de todo o mundo que construiu a grandeza do Estado de São Paulo

Hoje, São Paulo detém população de cerca de 40 milhões de habitantes espalhados por 645 municípios, possui o maior parque industrial e a maior economia do País. São Paulo representa mais de 31% do Produto

Pelo Brasil

Interno Bruto. É o mais rico Estado e tem os mais altos índices de desenvolvimento humano, superado apenas por Santa Catarina e Distrito Federal. São Paulo registra mais de dois milhões de imigrantes de mais de setenta nacionalidades, é a população mais diversificada. Descende centralmente de imigrantes portugueses e italianos, mas com forte influência de ameríndios, africanos e de outras correntes migratórias, destacando-se árabes, espanhóis, alemães e japoneses.

São Paulo possui economia altamente diversificada. Indústrias de alta tecnologia, agricultura e pecuária altamente produtivas, setor de serviços desenvolvido, tudo sustentado por uma infra-estrutura de primeira grandeza. Modernas rodovias e ferrovias cruzam todo o estado. A hidrovía Tietê-Paraná com 2.400 quilômetros de águas navegáveis atende 85 cidades.

São Paulo é privilegiado, também, pelas belezas naturais que alimentam o setor de turismo. Montanhas, rios, praias, estâncias climáticas e hidrominerais. No litoral de São Paulo, estão as mais lindas e freqüentadas praias do Brasil. A capital abriga o maior volume de



FOTOS: SPTURIS



Seja na capital ou no interior, São Paulo é o espelho do desenvolvimento. Gente de todo o Brasil e do mundo faz a riqueza e a diversidade do maior estado do País.

Pelo Brasil

OBTRONNEWS



Uma das cidades mais visitadas do mundo, São Paulo oferece todas as facilidades da vida moderna. Uma grande metrópole, lugar ideal para quem procura fazer negócios, participar de grandes eventos e, ao mesmo tempo, encontrar o lazer



Pelo Brasil

turismo de negócios, famosos museus e teatros.

A História do Brasil se escreve nas ruas de São Paulo”, afirma reiteradas vezes o presidente do PMDB paulista, Orestes Quércia, ex-governador do Estado. E assim é. São Paulo foi sempre o berço dos mais importantes movimentos sociais do País. A campanha das diretas, com a realização do primeiro comício na praça da Sé, presentes cerca de 300 mil pessoas, foi o início das mudanças que o país aguardava tão ansiosamente. São Paulo tem o sotaque do mundo, mas, acima de tudo, tem a voz do povo brasileiro.



FOTOS: SPTURIS



1. Na Avenida Paulista, o MASP. 2. Museu do Imigrante. 3. O Lavrador de Café, de Cândido Portinari. 4. Rodeio na Arena de Barretos. 5. Porto de Santos. 6. Estádio Morumbi. 7. Corrida de São Silvestre

Calendário eleitoral

JUNHO DE 2008

10 DE JUNHO – terça-feira

1. Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/97, art. 8º, *caput*).

2. Data a partir da qual, até o dia 30 de junho de 2008, dependendo do dia em que os partidos políticos ou coligações escolherem seus candidatos, é vedado às emissoras de rádio e de televisão transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção



(Lei nº 9.504/97, art. 45, § 1º).

3. Data a partir da qual os feitos eleitorais terão prioridade para a participação do Ministério Público e dos juízes de todas as justiças e instâncias, ressalvados os processos de *habeas corpus* e mandado de segurança (Lei nº 9.504/97, art. 94, *caput*).

4. Início do período para nomeação dos membros das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Resolução nº 21.726, de 27.4.2004).

30 DE JUNHO – segunda-feira

1. Último dia para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador (Lei nº 9.504/97, art. 8º, *caput*).

JULHO DE 2008

1º DE JULHO – terça-feira

1. Último dia para a designação do juiz eleitoral responsável pela fiscalização da propaganda eleitoral nos municípios com mais de uma zona eleitoral.

2. Data a partir da qual não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/95, nem será permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 36, § 2º).

3. Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em programação normal e em noticiário (Lei nº 9.504/97, art. 45, I a VI):

I - transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II - usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo, que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido político ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito;

III - veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido político, coligação, a seus órgãos ou representantes;

IV - dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

V - veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

VI - divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com a variação nominal por ele adotada.

5 DE JULHO – SÁBADO

(três meses antes)

1. Último dia para os partidos políticos e coligações apresentarem no cartório eleitoral, até as 19 horas, o requerimento de registro de seus candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador (Lei nº 9.504/97, art. 11, *caput*).

2. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas (Lei nº 9.504/97, art. 73, V e VI, *a*): I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

c) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 5 de julho de 2008;

d) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;



Calendário eleitoral

e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários;

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

3. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, *b e c*, e § 3º):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

4. Data a partir da qual é vedado aos candidatos aos cargos de prefeito e de vice-prefeito participar de inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77, *caput*).

5. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

6. Último dia para os tribunais e conselhos de contas tornarem disponível à Justiça Eleitoral relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por deci-

são irrecurável do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 5º).

7. Data a partir da qual permanecerão abertos aos sábados, domingos e feriados os cartórios eleitorais e as secretarias dos tribunais eleitorais, em regime de plantão (Lei Complementar nº 64/90, art. 16).

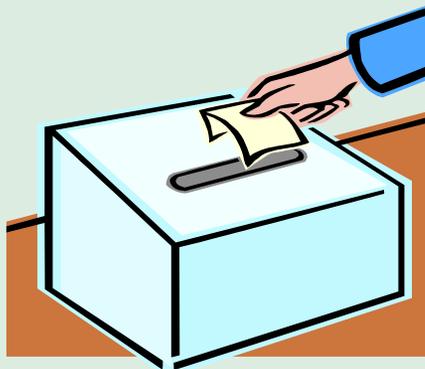
8. Data a partir da qual órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta poderão, quando solicitados pelos Tribunais Eleitorais, ceder funcionários em casos específicos e de forma motivada pelo período de até 3 meses depois da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 94-A).

6 DE JULHO – domingo

1. Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/97, art. 36, *caput*).

2. Data a partir da qual os candidatos, os partidos políticos e as coligações poderão realizar comícios e utilizar aparelhagem de sonorização fixa, das 8 horas às 24 horas (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 4º).

3. Data a partir da qual os partidos políticos registrados podem fazer funcionar, das 8 horas às 22 horas, alto-falantes ou amplificadores de som, nas suas sedes ou em veículos (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 3º).



4. Último dia para a apresentação do requerimento, nos municípios em que não haja emissora de televisão, pelos órgãos regionais da maioria dos partidos políticos participantes do pleito, para que seja reservado dez por cento do tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita para divulgação em rede da propaganda dos candidatos pelas emissoras geradoras que os atingem (Lei nº 9.504/97, art. 48, *caput*).

5. Data a partir da qual, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos oficiais ou concedidos farão instalar, nas sedes dos diretórios nacionais, regionais e municipais, devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas (Código Eleitoral, art. 256, § 1º).

7 DE JULHO – segunda-feira

1. Último dia para os candidatos requererem seus registros perante os cartórios eleitorais, até as 19 horas, caso os partidos políticos ou coligações não os tenham requerido (Lei nº 9.504/97, art. 11, § 4º).

2. Último dia para o eleitor portador de deficiência que tenha solicitado transferência para seção eleitoral especial comunicar ao juiz eleitoral, por escrito, suas restrições e necessidades, a fim de que a Justiça Eleitoral, se possível, providencie os meios e recursos destinados a facilitar-lhe o exercício do voto (Resolução nº 21.008/2002, art. 3º).

Calendário eleitoral

8 DE JULHO – terça-feira

1. Data a partir da qual o juiz eleitoral designado pelo Tribunal Regional Eleitoral deve convocar os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e de rádio para a elaboração de plano de mídia para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito (Lei nº 9.504/97, art. 52).

14 DE JULHO – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos constituírem os comitês financeiros, observado o prazo de 10 dias úteis após a escolha de seus candidatos em convenção (Lei nº 9.504/97, art. 19, *caput*).

21 DE JULHO – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos registrarem, perante o juízo eleitoral encarregado do registro dos candidatos, os comitês financeiros, observado o prazo de 5 dias após a respectiva constituição (Lei nº 9.504/97, art. 19, § 3º).

27 DE JULHO – domingo (70 dias antes)

1. Último dia para que os títulos dos eleitores que quiseram inscrição ou transferência estejam prontos (Código Eleitoral, art. 114, *caput*).

2. Último dia para a publicação, no órgão oficial do estado, dos nomes das pessoas indicadas para compor as juntas eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).



30 DE JULHO – quarta-feira

1. Último dia para os partidos políticos impugnarem, em petição fundamentada, os nomes das pessoas indicadas para compor as juntas eleitorais (Código Eleitoral, art. 36, § 2º).

31 DE JULHO – quinta-feira

1. Data a partir da qual, até o dia do pleito, o Tribunal Superior Eleitoral poderá requisitar das emissoras de rádio e de televisão até 10 minutos diários, contínuos ou não, que poderão ser somados e usados em dias espaçados, para a divulgação de seus comunicados, boletins e instruções ao eleitorado (Lei nº 9.504/97, art. 93).

AGOSTO DE 2008

6 DE AGOSTO – quarta-feira (60 dias antes)

1. Data a partir da qual é assegurada prioridade postal aos partidos políticos para a remessa da propaganda de seus candidatos registrados (Código Eleitoral, art. 239).

2. Último dia para os órgãos de direção municipal dos partidos políticos preencherem as vagas remanescentes para as eleições proporcionais, no caso de as convenções para a escolha de candidatos não terem indicado o número máximo previsto no artigo 10 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 10, § 5º).

3. Último dia para o pedido de registro de candidatura às eleições proporcionais, na hipótese de substituição; o requerimento, todavia, somente será tempestivo se observado o prazo de até 10 dias contados do fato ou da decisão judicial que deu origem à substituição (Lei nº 9.504/97, art. 13, § 1º e § 3º).

4. Último dia para o pedido de registro de novos candidatos, observado o prazo de 10 dias contados da decisão, na hipótese de anulação da convenção partidária por órgão superior do partido político, quando a deliberação sobre coligações desobedecer às diretrizes estabelecidas pela convenção nacional (Lei nº 9.504/97, art. 7º, § 2º e § 3º).



5. Último dia para a designação da localização das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, arts. 35, XIII, e 135, *caput*).

6. Último dia para nomeação dos membros das mesas receptoras para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 35, XIV).

7. Último dia para a nomeação dos membros das juntas eleitorais para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 36, § 1º).

8. Último dia para que o juiz eleitoral mande publicar no jornal oficial, onde houver, e, não havendo, em cartório, as nomeações que tiver feito, fazendo constar da publicação a intimação dos mesários para constituírem as mesas no dia e lugares designados, às 7 horas (Código Eleitoral, art. 120, § 3º).

9. Data em que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça

Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do artigo 29 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 28, § 4º).

Calendário eleitoral

10. Último dia para o eleitor que estiver fora do seu domicílio requerer a segunda via do título eleitoral ao juiz da zona em que se encontrar, esclarecendo se vai recebê-la na sua zona ou naquela em que a requereu (Código Eleitoral, art. 53, *caput* § 4º).

11 DE AGOSTO – segunda-feira (55 dias antes)

1. Último dia para os partidos políticos reclamarem da nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, *caput*).

2. Último dia para os membros das mesas receptoras recusarem a nomeação (Código Eleitoral, art. 120, § 4º).

12 de agosto – terça-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral realizar sorteio para a escolha da ordem de veiculação da propaganda de cada partido político ou coligação no primeiro dia do horário eleitoral gratuito (Lei nº 9.504/97, art. 50).

13 de agosto – quarta-feira

1. Último dia para o juiz eleitoral decidir sobre as recusas e reclamações contra a nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, *caput*).

16 DE AGOSTO – sábado (50 dias antes)

1. Data em que todos os pedidos de registro de candidatos a prefeito, a vice-prefeito e a vereador, mesmo os impugnados, devem estar julgados pelo juiz eleitoral e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).



2. Último dia para os partidos políticos recorrerem da decisão do juiz eleitoral sobre a nomeação dos membros da mesa receptora (Lei nº 9.504/97, art. 63, § 1º).

3. Último dia para os responsáveis por todas as repartições, órgãos e unidades do serviço público oficiarem ao juiz eleitoral, informando o número, a espécie e a lotação dos veículos e embarcações de que dispõem para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 3º).

19 DE AGOSTO – terça-feira

1. Início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 47, *caput*).

2. Último dia para os tribunais regionais eleitorais decidirem sobre os recursos interpostos contra a nomeação dos membros das mesas receptoras (Lei nº 9.504/97, art. 63, § 1º).

26 DE AGOSTO – terça-feira (40 dias antes)

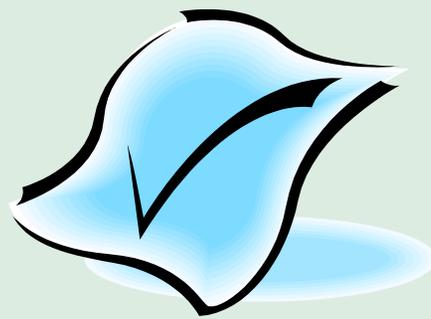
1. Último dia para os diretórios regionais dos partidos políticos indicarem integrantes da Comissão Especial de Transporte e Alimentação para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 15).

28 DE AGOSTO – quinta-feira

1. Último dia para verificação das fotos e dados que constarão na urna eletrônica por parte dos candidatos, partidos políticos ou coligações.

30 DE AGOSTO – sábado

1. Último dia para os candidatos, partidos políticos ou coligações substituírem a foto que será utilizada na urna eletrônica.



SETEMBRO DE 2008

5 DE SETEMBRO – sexta-feira (30 dias antes)

1. Último dia para entrega dos títulos eleitorais resultantes dos pedidos de inscrição ou de transferência (Código Eleitoral, art. 69, *caput*).

2. Último dia para o juiz eleitoral comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral os nomes dos escrutinadores e dos componentes da junta nomeados e publicar, mediante edital, a composição do órgão (Código Eleitoral, art. 39).

3. Último dia para a instalação da Comissão Especial de Transporte e Alimentação (Lei nº 6.091/74, art. 14).

4. Último dia para a requisição de veículos e embarcações aos órgãos ou unidades do serviço público para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 3º, § 2º).

5. Último dia para os tribunais regionais eleitorais designarem, em sessão pública, a comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, por meio de votação paralela (Resolução nº 21.127, de 20.6.2002).

6. Último dia de publicação, pelo juiz eleitoral, para uso na votação e apuração, de lista organizada em ordem alfabética, formada pelo nome completo de cada candidato e pelo nome que deve constar da urna eletrônica, também em ordem alfabética, seguidos da respectiva legenda e número (Resolução nº 21.607, de 3.2.2004, e Resolução nº 21.650, de 4.3.2004).

Calendário eleitoral



6 DE SETEMBRO – sábado

1. Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelos tribunais regionais eleitorais e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).

2. Data em que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados somente na prestação de contas final de que tratam os incisos III e IV do artigo 29 da Lei nº 9.504/97 (Lei nº 9.504/97, art. 28, § 4º).

8 DE SETEMBRO – segunda-feira

1. Último dia para os partidos políticos oferecerem impugnação motivada aos nomes dos escrutinadores e aos componentes da junta nomeados, constantes do edital publicado (Código Eleitoral, art. 39).

2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem a indicação de componente da comissão de auditoria para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela (Resolução nº 21.720/2004, art. 4º).

15 DE SETEMBRO – segunda-feira (20 dias antes)

1. Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral apresentar aos partidos políticos os programas de computador a serem utilizados nas eleições (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 2º).

2. Último dia para a instalação da Comissão de Auditoria, para verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela (Resolução nº 21.127, de 20.6.2002).

20 DE SETEMBRO – sábado (15 dias antes)

1. Data a partir da qual nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito (Código Eleitoral, art. 236, § 1º).

2. Último dia para os partidos políticos e coligações impugnarem os programas de computador a serem utilizados nas eleições (Lei nº 9.504/97, art. 66, § 3º).

3. Último dia para a requisição de funcionários e instalações destinados aos serviços de transporte e alimentação de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 1º, § 2º).

4. Data em que deve ser divulgado o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores para o primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 4º).

23 DE SETEMBRO – terça-feira (12 dias antes)

1. Último dia para a reclamação contra o quadro geral de percursos e horários programados para o transporte de eleitores no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Lei nº 6.091/74, art. 4º, § 2º).

25 DE SETEMBRO – quinta-feira (10 dias antes)

1. Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral e publicadas as respectivas decisões (Lei Complementar nº 64/90, art. 3º e seguintes).

2. Último dia para o eleitor requerer a segunda via do título eleitoral (Código Eleitoral, art. 52, *caput*).

3. Último dia para o juiz eleitoral comunicar aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de que serão os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras no primeiro e eventual segundo turnos de votação (Código Eleitoral, art. 137).

26 DE SETEMBRO – sexta-feira (9 dias antes)

1. Último dia para o juiz eleitoral decidir as reclamações contra o quadro geral de percursos e horários para o transporte de eleitores, devendo, em seguida, divulgar, pelos meios disponíveis, o quadro definitivo (Lei nº 6.091/74, art. 4º, § 3º e § 4º).

30 DE SETEMBRO – terça-feira (5 dias antes)

1. Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto (Código Eleitoral, art. 236, *caput*).

2. Último dia para os partidos políticos e coligações indicarem aos juízes eleitorais representantes para o Comitê Interpartidário de Fiscalização, bem como os nomes das pessoas autorizadas a expedir as credenciais para fiscais e delegados (Lei nº 9.504/97, art. 65).





PROGRAMA DE GOVERNO MUNICIPAL



A **FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES** propõe uma grande discussão. Um projeto piloto, com quinze bandeiras-princípio, foi elaborado para servir como base na criação das propostas de governo para 2008 em todo o País. Cada bandeira será discutida com cada companheiro e sua comunidade. Serão colhidas sugestões que enriqueçam o plano e definam as reais prioridades e anseios de cada município. Assim, faremos de nosso plano de governo o reflexo das aspirações do povo brasileiro!



**FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES**

FUG

NACIONAL

**O conhecimento é
o nosso caminho**